

Relatório 86

Presidente da República
JOSÉ SARNEY

Ministro da Educação
JORGE BORNHAUSEN

Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante
CARLOS PEREIRA DE CARVALHO E SILVA

Superintendente da Fundação de Assistência ao Estudante
JOSÉ CARLOS DIAS DE FREITAS

Diretor de Apoio Didático e Pedagógico
EGBERTO DA COSTA GAIA

Diretor de Apoio Complementar
DIJALMA DE AMORIM

Diretor de Planejamento
AFFONSO EDUARDO CASTILHO DE FIGUEIREDO

Diretor de Apoio Alimentar e Nutricional
PAULO ROBERTO DA COSTA MIRANDA

Diretor do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro
LUIS ALBERTO

“Não há país que se afirme modernamente sem que a sua educação seja desenvolvida em qualidade e quantidade.

Não há justiça social onde não haja igualdade de oportunidades no acesso ao saber.”

Jorge Bornhausen



O mundo da liberdade não pode opor-se ao mundo
da necessidade.

Marco Maciel

ÍNDICE

Apresentação	8
Programa Nacional de Alimentação Escolar	10
Programa dos Irmãozinhos	13
Equipamentos de Cantinas Escolares	14
Construção de Armazens para Estocagem de Alimentos	15
Capacitação de Recursos Humanos	17
Municipalização da Merenda Escolar	18
Programa Nacional do Livro Didático	21
O Livro do Banco do Livro	26
Programa de Módulos Escolares, Editoração, Unidade Fabril e Postos de Venda de Material Escolar	27
Postos de Venda de Material Escolar	30
Programa Nacional do Material Escolar – PNME	32
Programa Salas de Leitura	36
Programa Saúde do Escolar	41
Programa de Bolsas de Estudo de 1º e 2º Graus	45
Programa de Bolsas de Trabalho	48
Programas de Residências Estudantis e Programa de Auxílio Manutenção	50
Programas Especiais: Edurural, Getat e Monhangara	53
Qualificação de Recursos Humanos e Plano de Benefício	58
Auditoria Operacional/Consultoria	60
Recursos Orçamentários – 1986	62
Bens Móveis e Imóveis	66
Recursos Humanos	67

Premio FAE de Pesquisa Estudantil	68
Informe FAE	69
Anexo I	70
Anexo II	74
Anexo III	80
Anexo IV	81
Representações da FAE e Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro	85

APRESENTAÇÃO

Em uma sociedade democrática os órgãos públicos devem ser administrados de forma transparente, cabendo aos seus dirigentes prestar-lhe contas, regularmente, na condição de destinatária maior das ações desenvolvidas.

O Relatório FAE 1986 apresenta, assim, um panorama das realizações do exercício e das perspectivas para 1987.

O Governo da Nova República tem enfatizado, em diversas oportunidades, que "as prioridades sociais realizam o compromisso de combater a pobreza que atinge 40% dos brasileiros e visam, especialmente, ao atendimento de crianças carentes, objetivando garantir que, dentro de quatro anos, todas contem com alimentação, escola e proteção à saúde. O crescimento saudável e a formação das crianças e adolescentes constituirão passo decisivo para a erradicação da pobreza absoluta".

O crescimento real do orçamento FAE, evoluindo de Cz\$ 1,615 bilhão, em 1985, para Cz\$ 7,092 bilhões, em 1986, é uma demonstração inequívoca da atenção e da prioridade atribuída pelo Governo à assistência ao estudante carente. Foi, assim, possível ampliar, significativamente, em termos de quantidade e qualidade, os benefícios prestados.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE, que, em 1985, atendera 21,7 milhões de crianças, durante os 180 dias do período letivo, proporcionou, em 1986, alimentação a 31,7 milhões de escolares e irmãos de escolares na faixa de 4 a 6 anos, durante todos os dias úteis do ano.

Por sua vez, o Programa Nacional do Livro Didático que, em 1985, distribuíra 21,6 milhões de livros elevou esse quantitativo, em 1986, para 45 milhões de livros, beneficiando cerca de 22 milhões de escolares, matriculados em cerca de 190.000 escolas públicas de todo o País.

Registre-se, também, o êxito da descentralização da

merenda escolar a nível municipal. Em uma primeira etapa, a FAE celebrou convênios com 83 municípios, em todo o País. A avaliação, recentemente realizada, mostra que são altamente positivas as repercussões dessa descentralização no estímulo às economias locais, na utilização de cardápios regionais, na agilização do processo, além do aumento dos níveis de emprego, renda e melhoria de vida nas áreas beneficiadas.

Resultados expressivos foram, também, obtidos em outros Programas. Assim, o balanço geral das atividades da FAE, em 1986, retratadas neste Relatório, confirma a extraordinária obra de engenharia social por ela desenvolvida, em estreita articulação com o Ministério da Educação, com os Estados, com os Municípios e com a comunidade, e permite concluir que os acertos superaram em muito os equívocos ou falhas cometidas.

Temos, porém, a firme convicção de que é possível melhorar, de forma participativa, o desempenho de cada um dos programas sob responsabilidade da FAE. É um gratificante desafio que será enfrentado em 1987 com criatividade, dedicação e espírito público por todos os que fazem a Fundação, imbuídos de um profundo sentimento de responsabilidade social.

Deixamos registrado o nosso agradecimento aos Excelentíssimos Senhores Ministros Marco Maciel e Jorge Bornhausen, que nos apoiaram decisivamente, bem como às suas equipes de trabalho. Expressamos, também, reconhecimento às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, aos órgãos de comunicação e à classe empresarial que muito têm colaborado com nossa administração. Em particular, agradecemos aos dirigentes e servidores que constituem o recurso maior de que dispõe esta Fundação e cuja dedicação e esforço permitiram a concretização dos bons resultados obtidos em 1986.

Carlos Pereira de Carvalho e Silva
Presidente

“Um homem de bom senso, que vê uma pessoa morrer de fome ou uma criança sem escola, não vai tentar primeiro combater o déficit público, a dívida externa, e garantir o crescimento da economia para depois dar o que comer.

O homem de bom senso vai atender imediatamente à criança sem escola e à pessoa faminta, até de forma assistencialista, se for o caso.”

JOÃO SAYAD

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As pesquisas desenvolvidas por diversas instituições comprovam que a merenda escolar é um fator de estímulo à permanência do aluno na escola e à melhoria do seu desempenho no processo ensino-aprendizagem, pelo suprimento de suas necessidades básicas de alimentação.

A partir dessas constatações, o Governo definiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, como essencial dentro do conjunto de medidas em que se trata o social como prioritário.

Assim, o Programa Educação para Todos incluiu a merenda escolar como diretriz básica para garantir a permanência do estudante na escola e o Governo Federal alocou os recursos para que isto, de fato, se tornasse possível.

Com isto, o PNAE que, em 1985, proporcionou alimentação para 21,7 milhões de crianças e adolescentes, matriculados na rede oficial de ensino e

em entidades assistenciais, a um custo de Cz\$ 1,2 bilhão, com uma distribuição de cerca de 240.000 toneladas de alimentos, nos 180 dias do período letivo, passou, em 1986, a atender cerca de 31.700.000 crianças e adolescentes dos quais 24.700.000 escolares

matriculados no 1º grau e 7.000.000 de crianças, na faixa de 04 a 06 anos de idade, irmãos dos escolares, durante todos os dias úteis do ano, com uma distribuição de cerca de 342.000 toneladas de alimentos, envolvendo alimentos formulados e gêneros básicos. (Tabela I)



TABELA I

BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR RECURSOS APLICADOS POR TIPO DE DESPESA, QUANTIDADE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ADQUIRIDOS E NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS, POR UNIDADE FEDERADA – 1986

Tipo de Despesa	UF	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)	Físico	
			Gêner. Aliment. Adquiridos (t)	Nº de Alunos Beneficiados (1)
Total Geral	Brasil	5.016.727.645,00	342.420,7	31.701.956
Gêneros Alimentícios:	Brasil	4.024.181.548,26	342.420,7	31.701.956
	Norte	324.558.316,66	26.696,1	2.489.720
	RO	43.479.894,82	3.363,0	245.125
	AC	31.030.334,35	2.113,8	148.383
	AM	90.465.266,86	6.778,8	537.951
	RR	11.066.603,23	895,7	48.315
	PA	125.042.018,33	12.141,1	1.421.441
	AP	23.474.199,07	1.403,7	88.505
	Nordeste	1.787.624.277,85	144.018,2	14.241.673
	MA	299.400.556,97	20.451,2	1.617.692
	PI	146.250.532,49	11.528,7	947.840
	CE	257.435.152,96	22.390,8	2.827.188
	RN	105.933.572,57	7.181,7	786.253
	PB	139.580.762,12	13.784,7	1.189.649
	PE	260.777.699,18	20.877,1	2.621.466
	AL	124.041.837,74	7.875,1	744.555
	SE	103.454.115,29	7.596,9	467.109
	BA	350.750.048,53	32.332,0	3.039.921
	Sudeste	804.736.424,30	73.722,4	6.171.533
	MG	467.075.669,13	51.426,4	4.707.399
	ES	128.615.121,81	9.393,0	684.828
	RJ	54.523.931,09	4.540,7	222.052
	SP	154.521.702,27	8.362,3	557.254
	Sul	691.420.487,24	60.095,4	5.535.376
	PR	357.034.770,41	26.473,8	2.279.675
	SC	159.004.749,34	14.319,9	1.149.074
	RS	175.380.967,49	19.301,7	2.106.627
	Centro-Oeste	415.842.042,21	37.888,6	3.263.654
	MS	88.830.822,85	6.915,6	605.750
	MT	124.227.781,70	9.463,1	633.867
	GO	142.353.993,50	17.253,7	1.634.135
	DF	60.429.444,16	4.256,2	389.902
Gêneros Alimentícios: (2)	Programas Especiais	98.578.856,33	—	—
Construção e/ou reforma de armazéns	Brasil	43.548.544,00	—	—
Custos operacionais	Brasil	317.472.911,19	—	—
(transp., armazenagem, frete internacional, etc.)	Brasil	214.028.515,62	—	—
Material de cantina	Brasil	58.367.000,00	—	—
Controle de qualidade	Brasil	6.063.664,00	—	—
Capacitação de recursos humanos	Brasil	254.486.605,60	—	—
Municipalização	251 Municípios	—	—	—

Fonte: FAE/DAAN

- (1) Atendimento aos alunos de 7 a 14 anos matriculados nas escolas da rede oficial de ensino e aos irmãos dos escolares de 4 a 6 anos que tenham irmãos matriculados nas escolas (PPS).
- (2) Atendimento a Entidades tais como: FUNAI, EDUCAR, FUNABEM, RONDON, INACEM, Esc. Técnica Fed. de Campos, Esc. Téc. Fed. São Paulo, Cristo Redentor, FEDF, Fund. Irmãos Acreanos, Colônia de Férias DF, Aldeias SOS, Prefeitura EMBU, Lar Fabiano de Cristo, entre outras.

O PNAE experimentou ganhos quantitativos e qualitativos. Assim, com os aperfeiçoamentos introduzidos no esquema de distribuição e controle de qualidade de alimentos tornou-se possível colocar, sem problemas, diariamente 25 milhões de refeições em cerca de 200.000 escolas, em todo o País. Para o controle de qualidade desses alimentos a FAE/DAAN utilizou Centros de Pesquisas na Área de Alimentos de todo o País, envolvendo Secretarias Estaduais de Saúde, Universidades e Institutos de Pesquisa Tecnológica, o que permitiu registrar um índice de perda de apenas 0,16%, considerado excelente.

Através do Acordo firmado com o Governo Norte Americano, a FAE recebeu e distribuiu 10.567 toneladas de leite em pó, beneficiando cerca de 11 milhões de escolares e pré-escolares dos estados do Nordeste.



Por sua vez, o Programa Mundial de Alimentação beneficiou cerca de 2.600.000 escolares e pré-escolares nas regiões Norte e Nordeste através da doação de leite em pó e soja liofilizada.

Para 1987 prevê-se a aplicação de recursos no valor de Cz\$ 5.716.767.228,00 para o PNAE beneficiando 32.443.000 escolares em 270 dias do ano.



“PROGRAMA DOS IRMÃOZINHOS”

O Programa de Alimentação dos Irmãos dos Escolares, conhecido como “Programa dos Irmãozinhos”, decorre de uma decisão do Governo, dentro do Plano de Prioridades Sociais, de atender as crianças, na faixa etária de 04 a 06 anos, que se encontram fora da escola.

O Programa foi operacionalizado a partir de junho de 1986, com aplicação de Cz\$ 884 milhões e se desenvolve com base nas diretrizes nutricionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar, devendo suprir 15% das necessidades calóricas de sua clientela alvo, através do atendimento diário de uma refeição para cada criança. O Programa vem, também, estimulando a participação dessas crianças nas atividades sócio-recreativas exercidas na escola.

Todos os Estados da Federação vêm sendo

beneficiados pelo Programa, cuja implementação tem sido feita de forma diferenciada envolvendo as seguintes estratégias:

- distribuição de alimentos para preparo nas escolas;
- distribuição de alimentos para preparo domiciliar; e
- atendimento através de entidades filantrópicas.



EQUIPAMENTO DE CANTINAS ESCOLARES

A FAE aplicou, durante 1986, recursos da ordem de Cz\$ 230 milhões no equipamento de cantinas escolares, em todas as Unidades Federadas, a fim de reforçar a infra-estrutura das escolas, no que tange

ao preparo e distribuição da alimentação escolar.

Os recursos foram repassados diretamente às Secretarias Estaduais de Educação favorecendo, assim, as aquisições locais

de utensílios e equipamentos alternativos.

Cerca de 104.000 escolas, urbanas e rurais, foram beneficiadas em todo o País, favorecendo substancialmente as metas de atendimento do PNAE.



CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS PARA ESTOCAGEM DE ALIMENTOS

Mediante convênios assinados no decorrer de 1986 com as Secretarias Estaduais de Educação e Prefeituras Municipais, a FAE assegurou a implantação, até julho de 1987, de 70 (setenta) novos armazéns distribuidores de nível central, regional e/ou municipal (Tabela II) que propiciarão um incremento na capacidade armazenadora do PNAE, da ordem de 43.700 toneladas de alimentos, distribuídos conforme Quadro abaixo.

O aperfeiçoamento do

sistema de armazenagem conduzido pela FAE tem proporcionado a minimização de perdas de alimentos, contribuindo, também, para a eficiência do processo de distribuição dos mesmos, como atividades de apoio.

A FAE, em 1986, desenvolveu o controle e supervisão dos Contratos de Prestação de Serviços de Armazenagem com a CIBRAZEM, COBEC, CEAGESP, CASEMG, TECAL, CASEB, CIDAL, COPASA.

Parte dessas Unidades Armazenadoras serão dispensadas no decorrer de 1987, com a entrada em operação dos novos armazéns construídos pela FAE.



Tipo	Quantidade	Área (m ²)	Capacidade (t)	Custo (Cz\$ 1,00)
Central	9	16.317	19.560	25.356.722
Regional	31	15.142	18.160	23.796.342
Municipal	30	5.990	5.990	10.855.268
Total	70	37.449	43.710	60.008.332

TABELA II

CONSTRUÇÃO E REFORMA DE ARMAZÉNS UNIDADES FEDERADAS BENEFICIADAS – BIÊNIO 86/87

UF	Quantidade	Área (m ²)	Capacidade (t)
AL	1	1.150	1.370
SE	4	911	1.090
DF	1	1.275	1.530
MT	3	1.000	1.200
RN	2	1.265	1.500
CE	1	740	880
PE	9	2.650	3.150
PB	5	3.920	4.520
PI	7	3.830	4.330
MA	19	6.450	7.130
RO	3	900	1.080
PA	1	2.000	2.400
GO	1	3.636	4.360
ES	1	1.996	2.390
PR	2	2.400	2.880
SC	8	2.066	2.390
AP	1	110	130
MS	1	1.150	1.380
Total	70	37.449	43.710

Fonte: FAE/DAAN

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 1986 a FAE/DAAN apoiou, técnica e financeiramente a realização de cerca de 200 cursos ou seminários de treinamento, reciclagem e divulgação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para técnicos em educação, diretoras de escolas, professoras, supervisores, coordenadoras municipais e regionais, merendeiras e a comunidade em geral.



Cerca de 50 mil pessoas foram envolvidas na operacionalização deste Projeto, beneficiando quase 2.000 municípios, em todo o País, com investimentos da ordem de Cz\$ 6 milhões repassados, diretamente, às Secretarias de Educação.

Com esta ação incentivou-se, também, o aperfeiçoamento da ação supervisora nas Unidades Federadas contribuindo, assim, para a elevação do nível do PNAE.



MUNICIPALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

A existência de uma política nacional sobre alimentação escolar não significa que a execução desse Programa deva caber, exclusivamente, à administração federal ou à administração estadual.

Deve-se ter o bom senso de reconhecer a existência de diversidades regionais e peculiaridades locais.

Assim, em alguns casos, as administrações municipais estarão melhor capacitadas para administrar os pormenores da execução.

Com esse pressuposto, o Ministro da Educação recomendou à FAE proceder estudos para a descentralização da merenda escolar, a nível municipal, fazendo-o, porém com a necessária cautela, em articulação com os Estados, como forma de agilizar o processo, de modo que os recursos financeiros alocados para o setor se transformem em ações de que participem inclusive as comunidades,

na medida em que se integrem ao processo e dele façam parte ativamente.

A FAE, em 1986, celebrou convênios com 83 municípios, no valor de Cz\$ 249.184.664,10, beneficiando 1.631.409 alunos de escolas estaduais, municipais e filantrópicas de ensino pré-escolar e de 1º grau. (ANEXOS I e II)

São lisonjeiras as conclusões apresentadas na avaliação já procedida pela FAE do desenvolvimento do PNAE nos municípios conveniados, onde foram

levantados os seguintes indicadores:

- abrangência do Programa nos municípios;
- participação da comunidade;
- definição da pauta alimentar;
- aspectos nutricionais;
- aquisição de gêneros alimentícios;
- condições de infraestrutura dos municípios;
- capacitação de recursos humanos;
- participação e aplicação dos recursos financeiros.

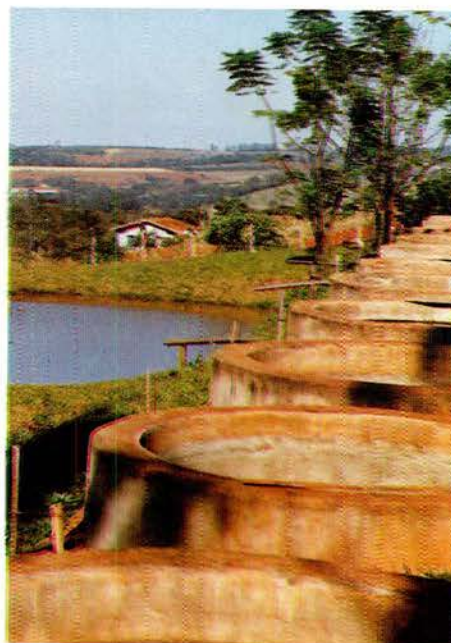


Através da municipalização está-se inclusive, resgatando, nas comunidades que vivem nas proximidades das escolas, a prática de formação de hortas e pomares, que contribuem de maneira decisiva para a melhoria da qualidade da alimentação.

As falhas apuradas e previsíveis poderão ser corrigidas revitalizando-se a articulação entre os Estados e as Prefeituras possibilitando que as coordenações dos PEA's assessorem os municípios nos aspectos operacionais, tendo em vista a experiência que possuem com o programa estadualizado. Faz-se necessário, também, um trabalho de maior sensibilização dos dirigentes de órgãos e instituições dos municípios quanto à importância de estruturas mais eficazes para a operacionalização do Programa e um maior envolvimento das comunidades.

Prevê-se a celebração de novos convênios em 1987 ampliando-se, assim, em bases sólidas, a municipalização, a tempo em que se pretende aumentar sua eficácia em benefício da clientela alvo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é bastante complexo, não apenas por sua abrangência mas, principalmente, pelo grande número de variáveis que interferem na consecução dos seus objetivos.



As dificuldades, tanto a nível estadual como municipal, de abastecimento por que passou a Nação, particularmente no segundo semestre de 1986, atingiram, também, os Programas de alimentação popular. Assim, o nível de ofertas de produtos básicos caiu sensivelmente naquele período, levando o PNAE a buscar soluções alternativas de alimentação como forma de não comprometer seu atendimento.

“A vitória do livro é vitória da inteligência”.

Sebastião O. Hersen

* 20.9.1909

+ 23.01.1987

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, criado pelo Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985, tem como finalidade básica a distribuição de livros didáticos aos estudantes matriculados nas escolas públicas e comunitárias, de 1.ª a 8.ª séries do 1.º grau, em todo o País.

Trata-se de um dos mais importantes programas de cunho social do Governo da Nova República, executado pelo Ministério da Educação, através da FAE. Desenvolve-se em estreita articulação com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas, com os órgãos municipais de educação e com associações comunitárias.

O PNLD apresenta características que o distinguem basicamente dos programas anteriores cumprindo, entre elas, ressaltar:

- universalização do atendimento, beneficiando toda rede escolar pública e comunitária;

- atendimento a todos os alunos de 1.ª a 8.ª séries; (anteriormente atendia, apenas, da 1.ª a 4.ª séries);

- democratização da indicação, permitindo a escolha do livro didático pelo professor regente de classe, como agente definidor do livro texto, em consenso com seus

colegas de série/escola (antes, a escolha era feita por comissão de especialistas, instituída pela Secretaria de Educação da Unidade Federada);

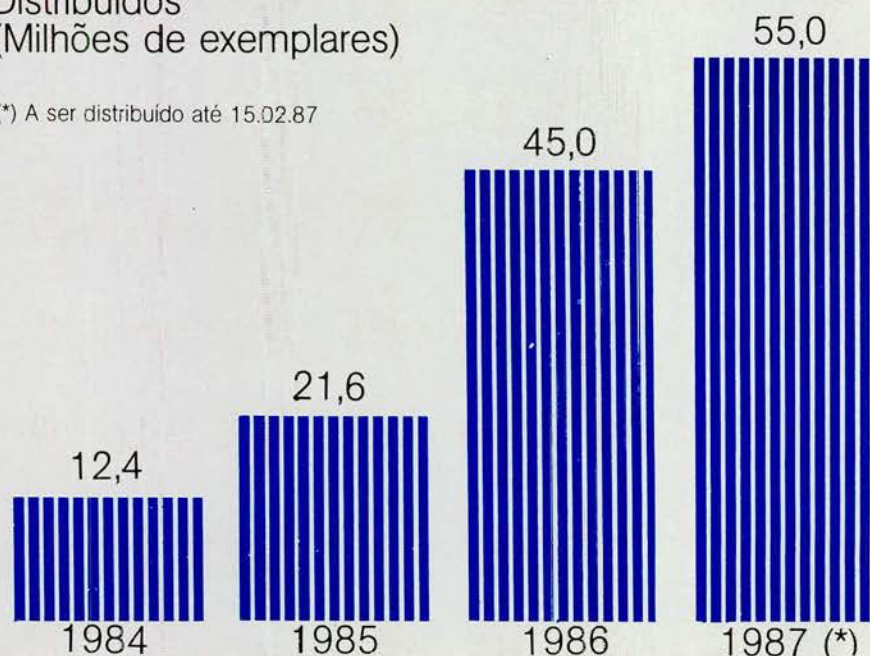
- adoção de livro não consumível e implantação do Banco do Livro (exceto a cartilha, o livro passa a ser propriedade da escola),

BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – LIVROS DISTRIBUÍDOS 1984-87

Livros Distribuídos (Milhões de exemplares)

ANO

(*) A ser distribuído até 15.02.87



permitindo a utilização de um mesmo exemplar por três anos; anteriormente o livro era descartável e dessa maneira os livros adotados oneravam

desnecessariamente o orçamento familiar, já agravado pelos sucessivos aumentos no custo de vida.

Em 1986 o PNLD distribuiu cerca de 45 milhões de livros didáticos contra 21,6 milhões, em 1985, permitindo que cada um dos alunos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste recebessem dois livros e os das regiões Sul e Sudeste um livro. (Tabela III)

Além de cuidar da distribuição dos livros às unidades escolares, a FAE, em 1986, desenvolveu um planejamento integrado para a operacionalização do PNLD 87, cujas etapas mais significativas foram:

- Realização de Encontros Regionais com as Coordenações Estaduais do Livro Didático para avaliação do PNLD/86, e estabelecimento de

diretrizes operacionais para o PNLD/87.

- Assinatura, em 03.06.86, com todos os Secretários de Educação, do Termo de Cooperação Mútua.

- Encontros Nacionais com os Coordenadores Estaduais do Livro Didático, Técnicos da FAE, SEPS e DEMEC's para operacionalização integrada das tarefas definidas no Termo de Cooperação Mútua e avaliação da execução de cada etapa do PNLD/87.

- Licitação pública para escolha de empresa para apoio técnico de informática ao PNLD/87. Sagrou-se vencedora a MONTREAL ENGENHARIA.

- Distribuição às unidades escolares, através das Secretarias de Educação, dos Manuais do PNLD/87, contendo as orientações necessárias, além dos títulos de todos os livros integrantes do PNLD/87, e formulários para indicação dos livros pelos professores.

- Processamento dos dados com as indicações dos professores e emissão de Relatório contendo os títulos a negociar com as editoras participantes do Programa.

- Negociação e contratação de fornecimento de livros com as editoras participantes do PNLD/87.

- Impressão dos livros de reposição e dos novos títulos.

- Licitação pública de empresa para transporte dos livros.

- Entrega dos livros, até 31.12.86, à FINK, empresa vencedora da licitação de transporte.



TABELA III BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO
LIVROS, MANUAIS E CADERNOS-ATIVIDADE DISTRIBUIDOS – 1986

UF	NÚMERO DE TÍTULOS	QUANTIDADES DISTRIBUIDAS			Total
		Livros	Manuais	Caderno- Atividade	
Brasil	964	43.116.859	1.507.676	466.931	45.091.466
Norte	—	4.577.404	160.086	49.648	4.787.138
RO	222	331.458	11.592	3.595	346.645
AC	213	166.884	5.836	1.810	174.530
AM	316	1.544.001	53.999	16.747	1.614.747
RR	121	74.575	2.608	809	77.992
AP	266	174.294	6.096	1.890	182.280
PA	575	2.286.192	79.955	24.797	2.390.944
Nordeste	—	18.525.332	647.221	200.720	19.373.273
MA	493	2.395.415	83.775	25.981	2.505.171
PI	530	1.196.554	41.847	12.978	1.251.379
CE	500	1.813.214	63.414	19.666	1.896.294
RN	526	1.327.237	46.418	14.396	1.388.051
PB	541	1.663.527	58.179	18.043	1.739.749
PE	563	2.541.911	88.230	27.364	2.657.505
AL	477	1.327.102	46.413	14.391	1.387.906
FN	14	640	22	07	669
SE	468	758.860	26.540	8.231	793.631
BA	681	5.500.872	192.383	59.663	5.752.918
Sudeste	—	11.048.025	386.384	119.830	11.554.239
MG	643	3.655.138	127.832	39.645	3.822.615
ES	330	578.339	20.226	6.272	604.837
RJ	571	1.869.696	65.389	20.280	1.955.365
SP	721	4.944.852	172.937	53.633	5.171.422
Sul	—	4.154.940	145.733	44.550	4.345.223
PR	460	1.895.739	66.300	20.562	1.982.601
SC	467	1.001.631	35.511	10.431	1.047.573
RS	498	1.257.570	43.922	13.557	1.315.049
Centro-Oeste	—	4.811.158	168.252	52.183	5.031.593
MS	378	873.979	29.307	9.089	876.375
MT	506	1.085.166	37.942	11.768	1.134.876
GO	539	2.391.380	83.634	25.939	2.500.953
DF	356	496.633	17.369	5.387	519.389

Fonte: FAE/DADP.

O PNLD 87 eliminou o caderno de atividades por entender que este comprometia a finalidade social e pedagógica do Programa, desvirtuando o espírito de durabilidade do livro; incluiu como obrigação contratual, a comprovação, pelo editor do pagamento dos direitos autorais.

Observe-se que ao preservar o direito e a liberdade do professor eleger seu instrumento de trabalho, isto é, o livro didático que julgar mais adequado à sua realidade e ao bom desempenho de suas funções, é válido esperar que este procedimento contribua, também, para a melhoria da qualidade do ensino, devendo se inserir em uma política de capacitação e valorização de Recursos Humanos de cada uma das Unidades Federadas.

Consoante as diretrizes do PNLD 87, os alunos das regiões Sul e Sudeste receberão dois novos títulos e os estados e territórios das demais regiões 1 novo

título, por aluno, possibilitando, assim, a cada aluno, dispor de 3 livros, em 1987, em todas as regiões do País.

Os livros a distribuir totalizam cerca de 55 milhões de exemplares, de 51 editoras, beneficiando 23.575.000 alunos que frequentam cerca de 190.000 escolas.

Esse total de livros, segundo a Associação Brasileira de Indústrias Gráficas, representa

aproximadamente 70% da produção nacional de livros didáticos.

O custo médio de cada exemplar do PNLD 87, negociado com os editores pela FAE, é de Cz\$ 14,00, por exemplar, exclusive o transporte quando o preço por livraria sobe a cerca de Cz\$ 45,00.

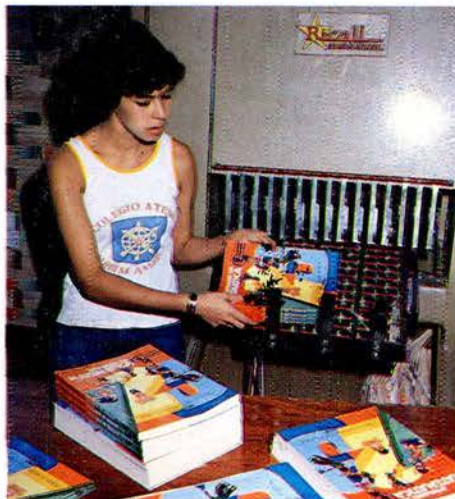
O PNLD 87, tem sua coordenação executiva a cargo da Diretoria de Apoio Didático e Pedagógico da FAE e sua supervisão é



responsabilidade da Diretoria Superintendente.

Ainda em 1986, no período de 14 a 16 de outubro, a FAE, através da Diretoria de Apoio Didático, realizou a Primeira Reunião para Planejamento do PNLD/88 lançando uma minuta de cronograma com as seguintes etapas:

- Coordenação mútua/convênio
- Divulgação
- Cooperação técnica
- Aquisição dos livros
- Reposição dos livros
- Banco do Livro
- Indicação dos novos títulos



- Estimativa de clientela (cadastro)
- Análise e seleção de livros
- Manual e formulários de indicação
- Componente Curricular/alternativa de escolha
- Transporte/distribuição
- Informatização
- Divulgação
- Contrapartida
- Controle de qualidade
- Acompanhamento/avaliação.

Ao lançar o PNLD/88, o Presidente da FAE afirmou que: "O grande desejo, hoje, é que consigamos apresentar a todos os

segmentos da sociedade, de um Brasil que se abre para o novo século, uma questão de cunho nacional: a qualidade do conteúdo do livro didático. O momento é de todos nós, dirigentes, professores, coordenadores editores – fazemos mais para que possamos, efetivamente, melhorar o livro didático" e, concluiu, afirmando: "o clima de liberdade, de democracia em que vivemos não nos foi dado de graça, foi através de lutas e de conquistas; devemos nos preocupar mais, a partir de agora, com a qualidade do livro didático".



O LIVRO DO BANCO DO LIVRO

De quem é o livro do Banco do Livro?

É seu?

É do colega que o recebeu no ano passado?

Será de quem o receber no ano que vem?

De quem é o livro do Banco do Livro?

Quem dele recebe o saber?
Quem nele pode encontrar o nome da flor e do mar?

Quem dele deve cuidar pra não sujar não rasgar e nem mesmo amassar?

Quem escolhe o livro do Banco do Livro?

Os professores da sua escola?

A diretora, pode ajudar?

E você?

Será que você também pode opinar?

Dizer o que pensa das histórias dos problemas das figuras que o livro tem?

Será que você pode criticar mostrando o que já é bom

e o que ainda pode melhorar?

Quem compra o livro do Banco do Livro?

A Escola

a Prefeitura

a FAE

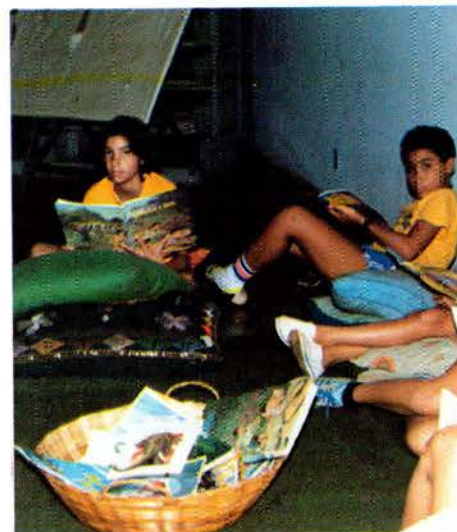
a Secretaria

o Governo?

Com que dinheiro?

Você já pensou que o livro do Banco do Livro é seu e de todos?

De todos que ajudam a escolher a comprar a conservar a cuidar



e por um, dois ou três anos a estudar usando o livro do Banco do Livro!



PROGRAMA DE MODULOS ESCOLARES. EDITORAÇÃO, UNIDADE FABRIL E POSTOS DE VENDA DE MATERIAL ESCOLAR

Subdividido em dois níveis de atendimento – estadual e municipal – o Programa de Módulos Escolares visa atender gratuitamente alunos matriculados na rede pública de ensino de 1º grau, através da distribuição de material escolar.

Enquanto em 1985 o Programa distribuiu 44.735.465 unidades, em 1986, o Programa de Módulos Escolares – Municipal proporcionou 32.803.669 unidades (Tabela IV) e o Programa de Módulos Escolares Estadual 37.476.126 unidades (Tabela V), totalizando, assim, 70.279.795 unidades.

A partir de 1987, o Programa de Módulos Escolares será, progressivamente, absorvido pelo PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL ESCOLAR, objeto, também, deste Relatório.

● EDITORAÇÃO: Esta atividade tem por objetivo a publicação de obras de referência didática, em

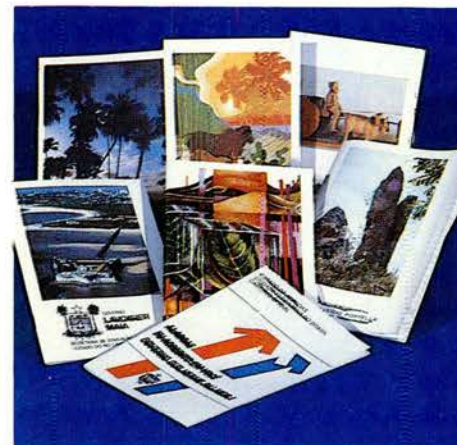
caráter supletivo, para venda à população estudantil.

Em 1986 a FAE produziu 20 títulos, totalizando 2.180.752 exemplares a um custo de Cz\$ 28.429.000,00. (ANEXO III)

● UNIDADE FABRIL:

Pode ser considerado muito bom o desempenho da Unidade Fabril da FAE/DADP, instalada no Rio de Janeiro, que apresentou, em 1986, os seguintes resultados:

● cadernos de 48 folhas
32.765.481 unidades



● blocos de rascunho
527.265 unidades

● papel almaço 168.198
cadernos
com a aplicação de Cz\$
29.328.000,00. (ANEXO III)



TABELA IV

BRASIL – PROGRAMA MÓDULO ESCOLAR – MUNICIPAL MUNICÍPIOS, ESCOLAS E ALUNOS ATENDIDOS, QUANTIDADE DE MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO E RECURSOS APLICADOS POR UF – 1986

UF	Atendimento			Material Escolar Distribuído (*)	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)		
	Municípios	Escolas	Alunos		FAE	Contra Partida Município	Total
Brasil	768	35.496	3.489.505	32.803.669	26.984.458,00	17.186.811,00	44.171.269,00
Norte	32	2.719	274.294	3.447.440	2.594.153,00	2.927.330,00	5.521.483,00
RO	1	118	11.181	78.300	77.688,00	41.832,00	119.520,00
AC	6	187	11.260	178.339	183.923,00	83.384,00	267.307,00
AM	7	517	42.079	269.750	232.704,00	125.301,00	358.005,00
AP	2	38	3.431	36.413	32.327,00	17.406,00	49.733,00
PA	16	1.859	206.343	2.884.638	2.067.511,00	2.659.407,00	4.726.918,00
Nordeste	167	13.074	1.032.290	11.189.721	11.436.073,00	3.937.790,00	15.373.863,00
MA	35	2.765	243.633	2.706.417	2.812.509,00	703.127,00	3.515.636,00
PI	16	1.651	116.294	1.392.514	1.267.691,00	617.795,00	1.885.486,00
CE	10	2.393	101.451	752.176	905.211,00	226.303,00	1.131.514,00
RN	15	320	40.070	443.781	541.332,00	135.333,00	676.665,00
PB	8	426	50.142	558.581	706.253,00	176.563,00	882.816,00
PE	22	1.128	181.163	2.685.428	2.311.069,00	1.355.667,00	3.666.736,00
AL	4	211	20.402	147.398	145.240,00	36.310,00	181.550,00
SE	5	75	8.990	75.210	78.558,00	19.640,00	98.198,00
BA	52	4.105	270.145	2.428.216	2.668.210,00	667.052,00	3.335.262,00
Sudeste	262	8.688	1.537.467	12.717.443	8.779.143,00	7.097.825,00	15.876.968,00
MG	159	4.328	533.953	7.319.612	5.863.566,00	3.964.350,00	9.827.916,00
ES	15	1.084	59.495	559.793	489.116,00	263.372,00	752.488,00
RJ	21	1.604	760.036	3.295.329	1.330.477,00	1.774.119,00	3.104.596,00
SP	67	1.672	183.983	1.542.709	1.095.984,00	1.095.984,00	2.191.968,00
Sul	229	8.427	483.289	3.515.835	2.571.695,00	2.176.350,00	4.748.045,00
PR	59	1.958	222.611	1.457.251	1.125.405,00	730.061,00	1.855.466,00
SC	49	1.353	77.870	686.307	539.083,00	539.082,00	1.078.165,00
RS	121	5.116	182.808	1.372.277	907.207,00	907.207,00	1.814.414,00
Centro-Oeste	78	2.588	162.165	1.933.230	1.603.394,00	1.047.516,00	2.650.910,00
MS	39	1.092	59.766	997.533	896.221,00	482.578,00	1.378.799,00
MT	19	731	39.812	568.563	390.080,00	394.196,00	784.276,00
GO	20	765	62.587	367.134	317.093,00	170.742,00	487.835,00

Fonte: FAE/DADP

(*) Apontador, borracha escolar, cadernos, lápis de cor, lápis preto, caneta esferográfica, régua e outros materiais.

TABELA V

BRASIL – PROGRAMA DE MODULO ESCOLAR – ESTADUAL
MUNICÍPIOS, ESCOLAS E ALUNOS ATENDIDOS, QUANTIDADE DE
MATERIAL ESCOLAR DISTRIBUÍDO E RECURSOS APLICADOS POR UF –
1986

UF	Atendimento			Material Escolar Distribuido (*)	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Municípios	Escolas	Alunos		
Brasil	790	18.409	1.976.469	37.476.126	51.357.642,00
Norte	79	6.520	769.206	7.434.450	8.210.306,00
RO	15	1.995	159.274	557.028	615.157,00
AC	12	1.001	71.487	1.286.784	1.459.656,00
AM	06	118	71.219	1.281.942	1.415.718,00
RR	08	282	31.356	934.524	993.468,00
AP	05	263	76.535	950.040	1.049.196,00
PA	33	2.861	359.335	2.424.132	2.677.111,00
Sudeste	303	6.343	628.302	11.309.436	12.489.614,00
MG	245	1.801	534.386	9.618.948	10.622.709,00
ES	58	4.542	93.916	1.690.488	1.866.905,00
Sul	198	2.089	307.079	13.838.364	25.253.130,00
PR	5.756.616	6.357.336,00
SC	198	2.089	307.079	2.735.640	3.021.128,00
RS	5.346.108	15.874.666,00
Centro-Oeste	210	3.457	271.882	4.893.876	5.404.592,00
MS	63	302	56.878	1.023.804	1.130.645,00
MT	82	1.106	56.446	1.016.028	1.122.072,00
GO	65	2.049	158.558	2.854.044	3.151.875,00

Fonte: FAE/DADP

(*) Lapis, borracha escolar, apontador, cadernos, lápis de cor e lápis preto.

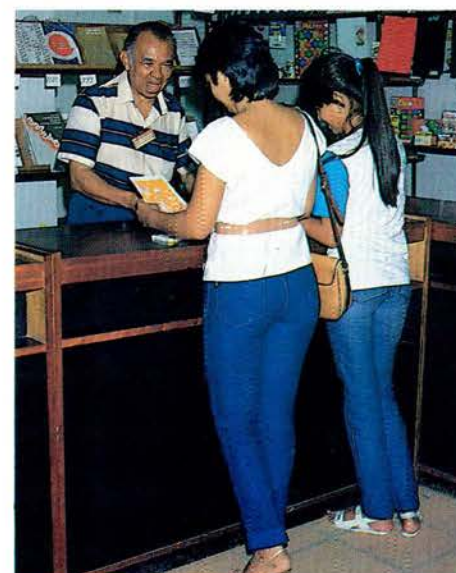
... Dados não disponíveis

POSTOS DE VENDA DE MATERIAL ESCOLAR

O Quadro abaixo retrata a posição, em 31.12.86, da rede de postos da FAE/DADP.

Região	Total
Norte	13
Nordeste	88
Centro-Oeste	27
Sudeste	164
Sul	78
Total Geral	370

A receita auferida com a venda de materiais escolares nos postos totalizou Cz\$ 54.188.000,00.



“Ao examinarmos a situação das escolas de primeiro grau do Brasil, três comentários iniciais se impõem: em primeiro lugar, contrasta-se o muito, feito em passado recente, com o torpor dos períodos que o precederam; grande fração do que fizeram é muito recente, mostrando, ainda, as farpas da obra inacabada. Em segundo lugar, alinham-se claramente duas regiões de características muito diferenciadas. Alinham-se o Norte e Nordeste com escolas nitidamente piores do que as do Centro-Sul (O Centro-Oeste, além de não apresentar um perfil muito claro em nossa pesquisa, baseia-se em uma amostra muito pequena para merecer confiança).

Em terceiro lugar, há uma clivagem igualmente clara entre as escolas rurais e urbanas.

As piores escolas, por consequência, estão no Norte e Nordeste rurais”.

A ESCOLA QUE OS BRASILEIROS FREQUENTARAM EM 1985

—CLÁUDIO DE MOURA CASTRO/IPEA

—PHILIP FLETCHER/IPEA/PNUD/OIT

PROGRAMA NACIONAL DO MATERIAL ESCOLAR– PNME

O alto custo do material escolar e, em algumas regiões, a própria falta desse material, aliado a uma renda familiar insuficiente, remuneração do professor muitas vezes abaixo do salário mínimo e a necessidade de material e condições mínimas de trabalho, estão pesando, significativamente, na consecução dos objetivos a que se propõe uma escola de qualidade.

Para alterar este perfil é que se concebeu, em 1986, para início de implantação de 1987, o Programa Nacional do Material Escolar – PNME, como uma ação que, juntamente com outros programas da FAE, amplia as condições de trabalho docente e discente, nas escolas públicas, de 1.^a a 8.^a séries.

O PNME representa sensível evolução na concepção de atendimento ao educando, porque reconhece as carências de materiais

didáticos-pedagógicos do aluno, do professor, da escola e da sala de aula. Assim, no que se refere ao aluno, propõe a destinação de um módulo, contendo materiais básicos (caderno, lápis, borracha, apontador, lápis de cor, entre outros) que variam segundo a série escolar. O módulo destinado ao professor presta-lhe apoio em suas atividades de planejamento curricular, registros de

acompanhamento e controle escolar, elaboração de exercícios e textos (cadernos universitários com 80 folhas, lápis, borracha, caneta, apontador e pasta de polietileno).

O PNME destina ainda um módulo para a sala de aula, com os itens básicos indispensáveis ao processo ensino-aprendizagem (folhas de papel semi-kraft, papel almaço, apagador, giz branco e colorido, régua,



pincel atômico etc.) e, finalmente, outro para a escola contendo materiais permanentes e de consumo voltados, inclusive, para a educação física, além de obras de referência e consulta (mapas, dicionários, gramáticas, atlas, lápis, borracha, caneta, arco de plástico para educação física etc.)

O valor total estimado para aquisição de 23.543.878 módulos/alunos, 1.066.399 módulos/professor, 672.647 módulos/sala de aula e 192.671 módulos/escola do PNME/87 é, a preços de dezembro/86, da ordem de Cz\$ 1.934.000.000,00.

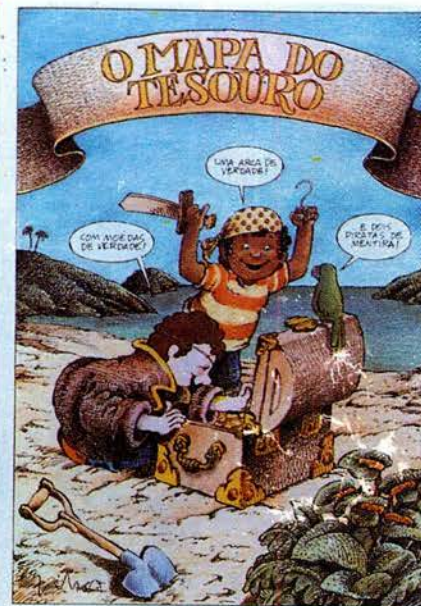
A operacionalização do Programa exige o cumprimento de um cronograma bastante ajustado e que tem como pressuposto básico a observância do período de abril a setembro como aquele em que o setor produtivo pode direcionar seus fornecimentos para esta área, exigindo que o



processo licitatório se desenvolva no início de cada ano.

São, também, questões de ordem operacional o armazenamento e o transporte de tão vultuoso volume de materiais exigindo uma justa observância do tempo para cada uma destas etapas a fim de possibilitar que os módulos estejam na escola quando do início das aulas.

A operacionalização do PNME dar-se-à progressivamente, em



função das dotações orçamentárias. Assim, em 1987, a implantação do Programa, em face do nível das carências, ocorrerá na Região Nordeste com a distribuição de 7.315.000 módulos do aluno, para todas as 09 UF's, (Tabela VI) com investimento na ordem de Cz\$ 226 milhões, a preços de dez/86.

Ao final de toda esta operação, terão sido utilizados 654 caminhões/viagem e percorridos mais de 116.571 quilômetros.

TABELA VI**BRASIL – PROGRAMA NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR
MUNICÍPIOS, ALUNOS ATENDIDOS, QUANTIDADE DE MATERIAL
ESCOLAR DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS POR UF – 1986**

UF	Atendimento			Material Escolar Distribuído (*)	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Municípios	Alunos	Escolas		
Brasil	1.389	7.314.667	85.148	128.593.909	226.239.556
Nordeste	1.389	7.314.667	85.148	128.593.909	226.239.556
MA	133	728.414	8.883	12.830.541	22.410.795
PI	155	538.287	7.629	9.518.373	16.286.177
CE	141	1.029.425	16.448	18.127.545	31.700.064
RN	152	426.028	4.488	7.443.837	13.445.209
PB	173	576.803	8.391	10.150.486	17.805.742
PE	167	1.282.126	10.039	22.413.491	40.323.602
AL	96	389.978	3.298	6.865.962	12.013.987
SE	75	282.866	1.881	4.961.115	8.812.501
BA	337	2.060.740	24.091	36.282.559	63.441.479

Fonte: FAE/DADP

(*) Apontador, borracha escolar, cadernos, caneta esferográfica, lápis de cor, lápis preto, régua e outros, com previsão de entrega às UFs até meados de 1987

A distribuição do material teve início em dezembro de 1986 e a FAE está desenvolvendo esforços integrados no sentido de agilizar a entrega de todo o material nos locais indicados pelas Secretarias de Educação.

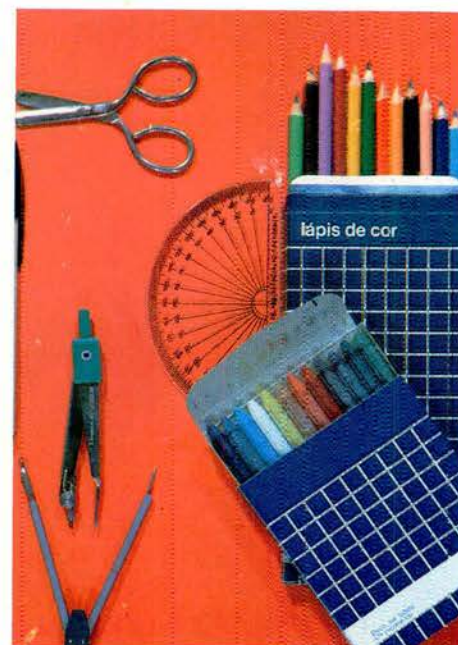
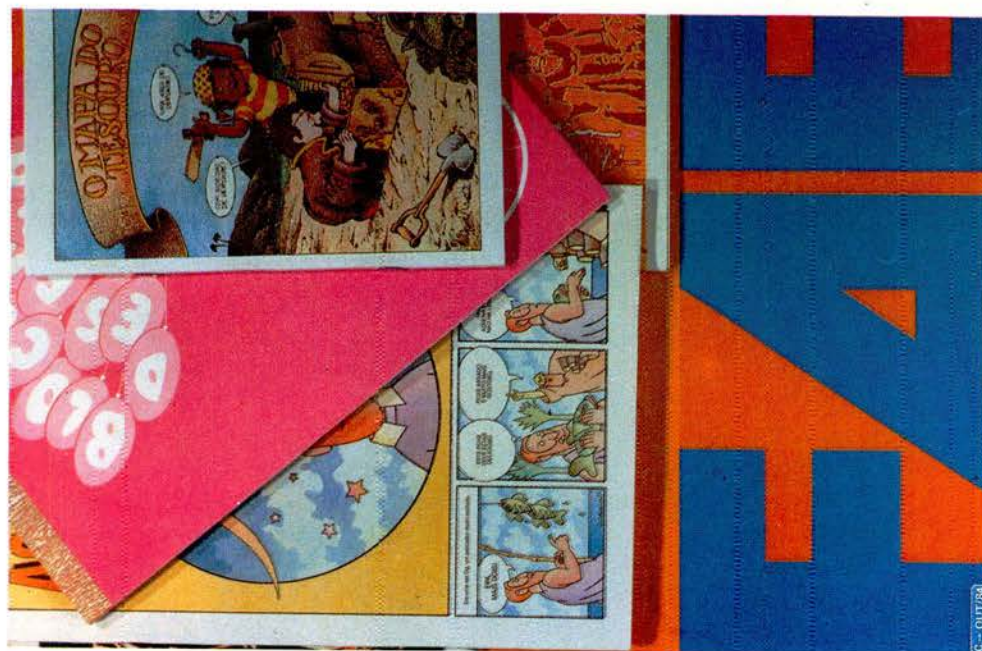
A partir do recebimento nesses pontos, a execução da distribuição aos Municípios/Escolas/Alunos é de inteira responsabilidade da Secretaria de Educação de cada Estado, em articulação com as 1.446

Prefeituras Municipais.

Consciente do volume de materiais do Programa, da grandiosidade, em termos de área para a armazenagem e da agilização necessária, que deverá ser dada para garantir o pleno êxito do fluxo de recebimento e entrega aos Municípios, a equipe técnica da DADP, responsável pela coordenação-geral do Programa no âmbito FAE, tem viajado aos Estados e, em articulação com as suas

representações, realizado cooperação técnica com a equipe de coordenação nas Secretarias de Educação, analisando as condições das áreas de estocagem e o fluxo da redistribuição aos Municípios.

A supervisão do Programa, no âmbito de cada Unidade Federada, será exercida pela Representação da FAE, em articulação com a Secretaria de Educação, desde o ponto de entrega até a escola.



PROGRAMA SALAS DE LEITURA

A crença de Monteiro Lobato no poder do livro, na sua força catalisadora de cultura e de progresso, levou-o a cunhar uma frase antológica: "Um País se faz com Homens e Livros".

Assim, a FAE tem se empenhado na democratização das oportunidades de acesso ao livro que, como veículo de transmissão cultural, possibilite uma mais justa distribuição de conhecimento, premissa básica para a ascensão social do homem brasileiro.

O Programa Salas de Leitura busca estimular o hábito e o prazer da leitura entre os estudantes de 1.º e 2.º graus, fornecendo às escolas as condições materiais para que isso aconteça.

A proposta do Programa é dotar as escolas públicas com acervos de literatura infanto-juvenil, no 1.º grau, e com obras de consulta, tipo dicionários, gramáticas, jornais e revistas, nas escolas de 2.º grau. Além disso, promove e financia a

criação de espaços alternativos para a acomodação desses livros nas escolas que não têm instalações apropriadas para uma biblioteca. Oferece, ainda, treinamento específico para os professores, estimulando-os a tratar a leitura na escola de forma mais criativa, procurando criar leitores, substituindo a tradicional associação leitura-obrigação, por leitura-prazer do conhecimento.

O Programa Salas de Leitura já distribuiu, desde sua implantação, cerca de quatro milhões de livros de literatura infanto-juvenil, tornando-se o maior comprador na área.

Só em 1986, foram adquiridos mais de 1.700.000 exemplares, cerca de 7,6% da produção nacional de literatura infanto-juvenil com um gasto da ordem de Cz\$ 18,4 milhões, (Tabela VII e VIII) obedecendo a uma

criteriosa seleção, evitando-se, assim, concentração em autores e editoras e distribuindo-os para o maior número possível de escolas.

Em 1986, a FAE, através da sua Diretoria de Apoio Complementar, privilegiou as escolas públicas da periferia dos centros urbanos e as escolas rurais, justamente as mais carentes e necessitadas desse tipo de apoio.

Em 1987 o Programa Salas de Leitura deverá atender preferencialmente as escolas municipais rurais.



Ano	Distribuidos (Exemplar)	Recursos Aplicados (Cz\$)			
		Livros	Ambientação De salas	Revistas e Jornais	Total
1984	856.771	2.110.786	486.286	1.402.199	3.999.271
1985	1.529.471	7.571.714	1.717.686	3.694.317	12.983.717
1986	1.744.807	18.414.648	4.364.302	15.528.071	38.307.021

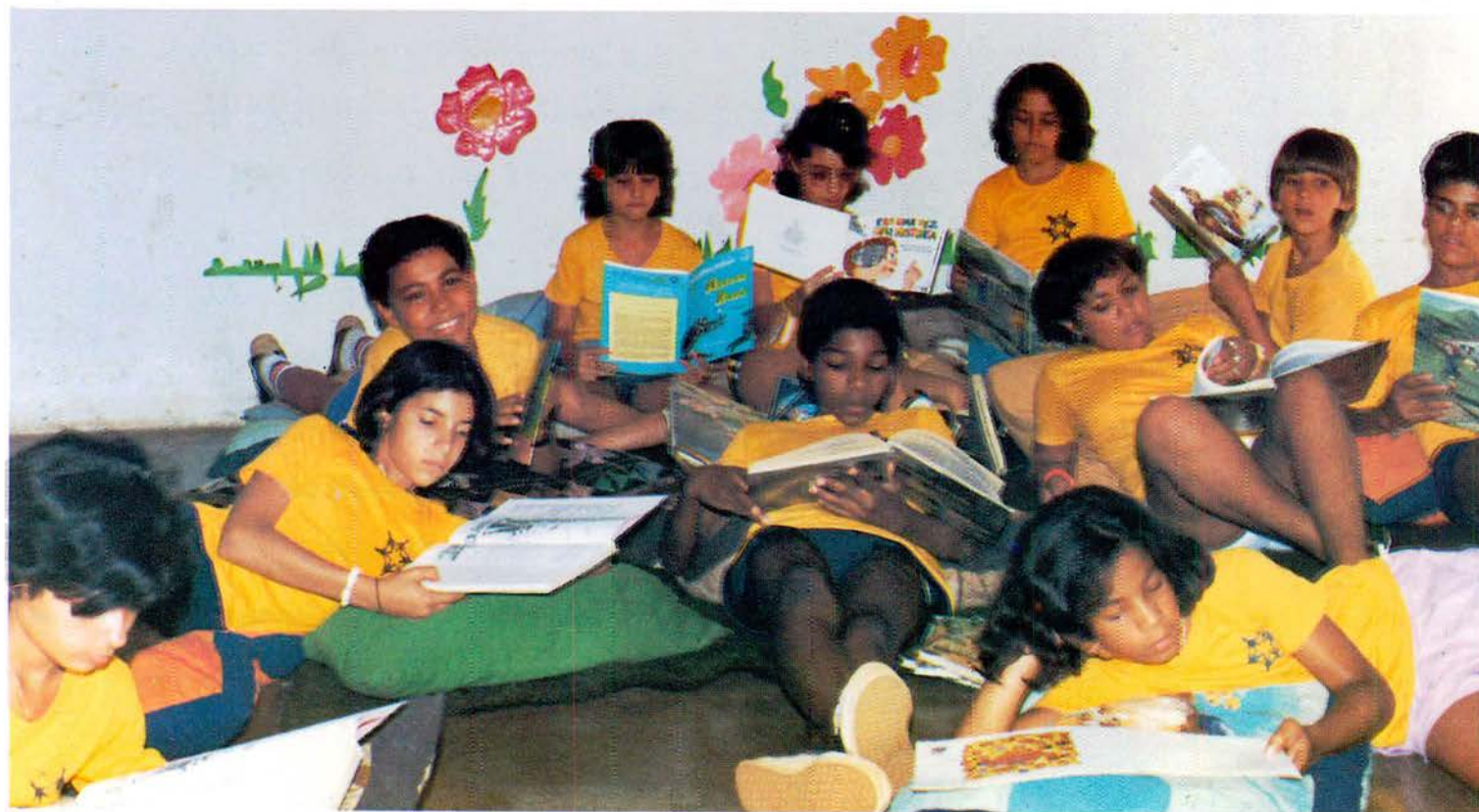


TABELA VII

BRASIL – PROGRAMA SALAS DE LEITURA NÚMERO DE ESCOLAS E ALUNOS BENEFICIADOS, LIVROS DISTRIBUÍDOS E RECURSOS APLICADOS POR UF – 1986

UF	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Livros Distribuídos	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)		
				Aquisição de Livros	Ambientação	Total
Brasil	16.517	3.459.472	1.744.807	18.414.648,32	4.364.302,00	22.778.950,32
Norte	128	78.376	39.307	414.688,85	99.901,00	514.589,85
RO	06	11.232	5.616	59.248,80	—	59.248,80
AC	56	26.052	13.082	138.015,10	45.545,00	183.560,10
RR	28	14.740	7.398	78.048,90	19.512,00	97.560,90
PA	38	26.352	13.211	139.376,05	34.844,00	174.220,05
Nordeste	1.453	967.632	485.447	5.121.465,85	1.201.307,00	6.322.772,85
MA	150	53.668	26.981	284.649,55	93.934,00	378.583,55
CE	216	184.460	92.755	978.565,25	244.641,00	1.223.206,25
RN	73	91.080	45.610	481.185,50	96.237,00	577.422,50
PB	660	194.688	97.939	1.033.256,45	241.091,00	1.274.347,45
PE	250	343.316	171.910	1.813.650,50	435.277,00	2.248.927,50
SE	104	100.420	50.252	530.158,60	90.127,00	620.285,60
Sudeste	9.638	1.501.096	758.591	8.010.069,62	1.153.502,00	9.163.571,62
MG	2.085	841.248	422.710	4.466.525,07	222.980,00	4.689.505,07
ES	128	75.884	38.068	401.617,40	132.534,00	534.151,40
RJ	4.189	476.376	240.785	2.540.281,75	635.000,00	3.175.281,75
SP	3.236	107.588	57.028	601.645,40	162.988,00	764.633,40
Sul	4.893	636.548	322.698	3.404.463,90	1.550.269,00	4.954.732,90
PR	2.465	434.276	219.602	2.316.801,10	1.158.400,00	3.475.201,10
SC	473	64.236	32.118	338.844,90	98.818,00	437.662,90
RS	1.955	138.036	70.978	748.817,90	293.051,00	1.041.868,90
C. Oeste	405	275.820	138.764	1.463.960,10	359.323,00	1.823.283,10
MS	97	84.572	42.384	447.151,20	111.788,00	558.939,20
MT	84	30.476	15.420	162.681,00	53.685,00	216.366,00
GO	224	146.548	73.498	775.403,90	193.850,00	969.253,90
DF	—	14.224	7.462	78.724,00	—	78.724,00

Fonte: FAE/DIACOM

TABELA VIII

BRASIL – PROGRAMA SALAS DE LEITURA NÚMERO DE ASSINATURAS E RECURSOS APLICADOS COM PERIÓDICOS

Periódico	Número de Assinaturas	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
. Ensino de Ciências	17.000	1.455.200,00
. Ciência para Criança	107.000	1.184.400,00
. Correio da Unesco	7.800	530.400,00
. Jornal Leia	29.878	2.222.467,50
. Ciência Hoje	15.590	1.154.976,00
. Nova Escola	220.000	8.980.628,08
Soma	397.268	15.528.071,58

Fonte: FAE/DIACOM

“É preciso consolidar a consciência de que obras de engenharia civil não são tão complicadas.

O cálculo, a régua, o compasso, o computador podem resolver.

Complicadas são as obras de engenharia social. A sua grande ferramenta é acreditar na força e capacidade popular”.

Gustavo Krause

PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

O Programa Saúde do Escolar é de importância fundamental para os estudantes de 1º grau, da rede oficial de ensino.

A experiência tem demonstrado que, praticamente, 100% das crianças de 06 a 14 anos, matriculadas em escolas públicas, necessitam de algum tipo de tratamento bucal, impossível de ser viabilizado através da rede básica de saúde.

Por outro lado, em termos de percepção visual, as triagens realizadas sobre os alunos dessa mesma faixa etária revelam que, pelo menos, 10% daqueles escolares apresentam algum tipo de deficiência, sendo necessário corrigi-la com o uso de óculos.

As Comissões Estaduais de Saúde Escolar têm constatado que as reprovações nem sempre são ocasionadas por deficiências intelectuais das crianças, como se acreditou por muito tempo, mas por problemas de deficiências visuais e auditivas.

Além desses problemas, causadores de repetência, evasão e baixo rendimento escolar, há, ainda, aqueles decorrentes de verminose, escabiose, desnutrição e outros, que grassam em escala alarmante, exigindo ações do poder público.

Em 1986, o Programa Saúde do Escolar desenvolveu-se basicamente, em três áreas: saúde geral, odontologia e oftalmologia.

Na primeira delas uma pessoa, já pertencente ao

sistema escolar, é treinada para, dentro da própria escola, executar única e exclusivamente ações promotoras de saúde. Cabe-lhes, assim, ensinar às crianças a escovar os dentes, promover o bochecho semanal com flúor, combater a escabiose e a pediculose, desenvolver a triagem oftalmológica, zelar pelo saneamento da escola, manter contato com a comunidade a que pertencem os alunos; enfim, criar formas as mais



diversas para preservar a saúde das crianças.

Na área de odontologia, o trabalho é realizado através de gabinetes simplificados, que se deslocam de escola a escola.

Na área de oftalmologia, uma vez realizada a triagem o oftalmologista, vai à escola e examina as crianças nas quais se detectou algum tipo de

problema visual. Constatada a necessidade do uso de óculos, a receita é encaminhada à equipe coordenadora do Programa que os adquire em óticas comuns ou os confecciona na minifacetadora, (montadora de óculos) neste caso com redução de cerca de pelo menos 50% no preço unitário.

Em 1986 foram atendidas 728.200 crianças

em escolas de 21 (vinte e um) Estados, com emprego de Cz\$ 17 milhões. (Tabela IX).

A meta do Programa, em 1987, será chegar diretamente aos municípios brasileiros onde 99% das crianças de 06 a 14 anos, matriculadas na rede pública de ensino, não dispõem de nenhum tipo de atenção primária em saúde.



TABELA IX

BRASIL – PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR RECURSOS APLICADOS POR UF – 1986

UF	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Brasil	17.000.000,00
Norte	1.980.000,00
RO	280.000,00
AM	700.000,00
PA	1.000.000,00
Nordeste	6.877.261,00
MA	700.000,00
PI	840.000,00
CE	840.000,00
RN	840.000,00
PB	700.000,00
PE	837.261,00
AL	700.000,00
SE	320.000,00
BA	1.100.000,00
Sudeste	1.890.000,00
MG	1.050.000,00
ES	840.000,00
SUL	2.419.300,00
PR	1.250.000,00
SC	1.000.000,00
RS	169.300,00
Centro-Oeste	2.243.043,00
MS	543.043,00
MT	350.000,00
GO	1.050.000,00
DF	300.000,00
Assessoramento Técnico	1.590.396,00

Fonte: FAE/DIACOM

ANO	Crianças Atendidas	Recursos Aplicados (Cz\$)
1984	741.241	1.000.000
1985	1.332.057	7.600.000
1986	782.200	17.000.000

OBS: A redução do quantitativo de crianças atendidas em 1986, em relação ao ano anterior, decorre do fato de que, em 1985, as ações do Programa cobriam geralmente a parte de Saúde Geral (ações de baixo custo) tendo

sido estendidas, em 1986, às áreas de Odontologia e Oftalmologia. Considere-se, ainda, que houve alocação de recursos para aquisição de 05 minifacetadoras (montadoras de óculos).

PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º E 2º GRAUS

O Programa objetiva o acesso e a permanência na escola de estudantes carentes. Concede Bolsas de Estudo para alunos da 5ª a 8ª séries do 1º grau e de todas as séries do 2º grau, onde a rede pública não atende a demanda.

Para 1986 os valores estabelecidos para as Bolsas de Estudo, por

Portaria Ministerial, foram Cz\$ 550,00, para o 1º grau e Cz\$ 650,00 para o 2º grau.

Foram distribuídas 142.901 Bolsas, no valor de Cz\$ 85.280.450,00, das quais 76.052 Bolsas do 1º grau (Tabela X) e 66.849, Bolsas de 2º grau (Tabela XI), beneficiando todas as Unidades Federadas.

Neste exercício a FAE ampliou a fiscalização sobre as Bolsas distribuídas somando aquelas que sofreram desvio do seu objetivo social.

Assim, as escolas que fraudam o Sistema são obrigadas a devolver o que receberam indevidamente e ficam descredenciadas para o recebimento de novas Bolsas.

TABELA X

BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 1º GRAU BOLSAS DE ESTUDO NOVAS E RENOVADAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1986

UF	Bolsas Concedidas			Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Renovadas	Novas	Total	
Brasil	42.450	33.602	76.052	41.828.600,00
Norte	995	989	1.984	1.091.200,00
RO	6	—	6	3.300,0
AC	137	247	384	211.200,00
AM	100	140	240	132.000,00
PA	752	602	1.354	744.700,00
Nordeste	30.799	23.510	54.309	29.869.950,00
MA	6.186	6.198	12.384	6.811.200,00
PI	3.220	2.244	5.464	3.005.200,00
CE	7.963	4.446	12.409	6.824.950,00
RN	1.335	1.046	2.381	1.309.550,00
PB	3.052	1.602	4.654	2.559.700,00
PE	1.799	1.999	3.798	2.088.900,00
AL	1.396	954	2.350	1.292.500,00
SE	834	837	1.671	919.050,00
BA	5.014	4.184	9.198	5.058.900,00
Sudeste	7.318	5.215	12.533	6.893.150,00
MG	2.510	1.995	4.505	2.477.750,00
ES	415	403	818	449.900,00
RJ	3.816	2.165	5.981	3.289.550,0
SP	577	652	1.229	675.950,00
Sul	1.880	2.360	4.240	2.332.000,00
PR	1.127	1.147	2.274	1.250.700,00
SC	380	508	888	488.400,00
RS	373	705	1.078	592.900,00
C. Oeste	1.458	1.471	2.929	1.610.950,00
MS	177	303	480	264.000,00
MT	183	232	415	228.250,00
GO	1.019	789	1.808	994.400,00
DF	79	147	226	124.300,00
UF INDEF	—	57	57	31.350,00

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: valor da bolsa/ano: Cz\$ 550,00

TABELA XI

BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO DE 2º GRAU BOLSAS DE ESTUDO NOVAS E RENOVADAS E RECURSOS APLICADOS POR UF – 1986

UF	Bolsas Concedidas			Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Renovadas	Novas	Total	
Brasil	25.246	41.603	66.849	43.451.850,00
Norte	464	695	1.159	753.350,00
RO	1	—	1	650,00
AC	48	56	104	67.600,00
AM	46	48	94	61.100,00
PA	369	591	960	624.000,00
Nordeste	14.890	21.190	36.080	23.452.000,00
MA	2.489	5.016	7.505	4.878.250,00
PI	1.054	1.610	2.664	1.731.600,00
CE	4.411	5.171	9.582	6.228.300,00
RN	653	874	1.527	992.550,00
PB	1.130	1.845	2.975	1.933.750,00
PE	1.156	2.268	3.424	2.225.600,00
AL	461	457	918	596.700,00
SE	1.534	1.001	2.353	1.647.750,00
BA	2.002	2.948	4.950	3.217.500,00
Sudeste	7.082	12.434	19.516	12.685.400,00
MG	2.889	6.374	9.263	6.020.950,00
ES	709	440	1.149	746.850,00
RJ	2.521	3.514	6.035	3.922.750,00
SP	963	2.106	3.069	1.994.850,00
Sul	1.609	5.553	7.162	4.655.300,00
PR	708	2.174	2.882	1.873.300,00
SC	610	1.960	2.570	1.670.500,00
RS	291	1.419	1.710	1.111.500,00
Centro-Oeste	1.201	1.689	2.890	1.878.500,00
MS	115	388	503	326.950,00
MT	77	114	191	124.150,00
GO	946	1.112	2.058	1.337.700,00
DF	63	75	138	89.700,00
UF INDEF	—	42	42	27.300,00

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: valor da bolsa/ano: Cz\$ 650,00

PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO

Este Programa objetiva possibilitar o ingresso e permanência na escola de estudantes do 2º grau do ensino regular oportunizando-lhe o exercício profissional remunerado, em órgãos ou entidades públicas e

privadas, com a vivência de situações de trabalho que beneficiam a sua comunidade.

Em 1986 a FAE concedeu 8.748 bolsas/mês a um custo de Cz\$ 22.683.200,00. (Tabela XII)

O valor da Bolsa foi de Cz\$ 400,00

responsabilizando-se a FAE pelo pagamento de 50% desse valor. A outra parcela foi paga pelas instituições beneficiadas com o trabalho do bolsista.

TABELA XII

**BRASIL – PROGRAMA DE BOLSAS DE TRABALHO DE 2º GRAU
NÚMERO DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF
– 1986**

UF	Número de Bolsas Distribuídas	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Brasil	8.748	22.683.200,00
Norte	997	2.015.000,00
AC	218	436.000,00
AM	413	906.600,00
PA	200	440.000,00
AP	166	232.400,00
Nordeste	3.379	10.542.400,00
MA	170	392.000,00
PI	571	1.767.200,00
CE	150	1.456.000,00
RN	781	1.912.000,00
PB	500	1.420.000,00
PE	280	708.000,00
AL	467	1.531.200,00
SE	170	472.000,00
BA	290	884.000,00
Sudeste	1.337	3.062.800,00
MG	327	802.800,00
ES	331	728.000,00
RJ	575	1.240.000,00
SP	104	292.000,00
Sul	2.430	5.393.000,00
PR	500	1.360.000,00
SC	1.585	3.148.600,00
RS	345	884.400,00
Centro-Oeste	605	1.670.000,00
MS	200	800.000,00
MT	90	216.000,00
GO	315	654.000,00

Fonte: FAE/DIACOM

Nota: valor da bolsa a nível nacional: Cz\$ 400,00

PROGRAMAS DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS E PROGRAMA DE AUXÍLIO MANUTENÇÃO

O primeiro desses Programas objetiva apoiar residências estudantis de 1º e 2º graus, com vistas a contribuir para a melhoria do desempenho escolar do aluno carente, que se desloca de sua cidade de origem, buscando meios e condições para a continuidade de seus estudos.

Em 1986, o Programa apoiou 04 (quatro)

residências, em 04 (quatro) Unidades Federadas (Tabela XIII), executando reforma e ampliação de imóveis próprios, bem como a aquisição de equipamentos e material permanente.

Visando um resultado mais efetivo no exercício de 87, é propósito da FAE, através da sua Diretoria de Apoio Complementar:

- Definir, junto ao órgão gerenciador do

Programa na UF, o tipo de apoio sistemático que será prestado à Residência no que diz respeito a sua reforma e manutenção.

- Acompanhar a execução dos projetos nas UF's, e

- Supervisionar as residências beneficiadas, visando orientá-las quanto ao cumprimento de suas obrigações definidas em convênio.

PROGRAMA DE AUXÍLIO MANUTENÇÃO

Este Programa objetiva propiciar condições para a permanência na escola de alunos carentes matriculados em estabelecimentos de ensino que mantêm regime de internato e semi-internato, ou em Escolas Agrotécnicas

Federais, através de auxílio financeiro para atendimento aos seguintes itens:

- condução, alimentação, aquisição de material escolar, compra de calçados, agasalhos, atendimento na área de

saúde e auxílios diretos ao estudante.

Em 1986 foram aplicados recursos no total de Cz\$ 1.147.500,00 atendendo a 13 instituições de Ensino Agrícola do País.(Tabela XIV)

TABELA XIII

BRASIL – PROGRAMA DE RESIDÊNCIA ESTUDANTIL NÚMERO DE MUNICÍPIOS, RESIDÊNCIAS E ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1986

UF	Número de Municípios	Número de Residências	Número de Alunos	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Brasil	4	4	424	931.742,00
Norte	1	1	18	346.906,00
AC	1	1	18	346.906,00
Nordeste	2	2	56	507.964,00
PI	1	1	11	130.926,00
RN	1	1	45	377.038,00
Sudeste	1	1	350	76.872,00
MG	1	1	350	76.872,00

Fonte: FAE/DIACOM

TABELA XIV

BRASIL – PROGRAMA AUXILIO-MANUTENÇÃO NÚMERO DE MUNICÍPIOS E ESCOLAS BENEFICIADAS E RECURSOS APLICADOS, POR UF – 1986

UF	Número de Municípios Beneficiados	Número de Escolas Beneficiadas	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Brasil	13	13	1.147.500,00
Nordeste	2	2	100.000,00
RN	1	1	50.000,00
PI	1	1	50.000,00
Sudeste	4	4	310.000,00
MG	3	3	250.000,00
SP	1	1	60.000,00
Sul	5	5	437.500,00
SC	3	3	190.000,00
RS	2	2	247.500,00
Centro-Oeste	2	2	300.000,00
MS	1	1	150.000,00
DF	1	1	150.000,00

Fonte: FAE/DIACOM

PROGRAMAS ESPECIAIS: EDURURAL, GETAT E MONHANGARA

A FAE participa de alguns programas sociais do Governo de forma parcial, seja como prestadora de cooperação técnica, de assessoria administrativa financeira, ou ainda, fornecendo material e alimentação a escolares. São os casos dos Programas EDURURAL, GETAT e MONHANGARA, a cargo da sua Diretoria de Planejamento, DIPLAN.

O Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste (EDURURAL), objetiva incrementar as oportunidades da população educacional no meio rural, proporcionando-lhe maior participação no processo de escolarização, em um mínimo de quatro anos.

O Programa atuou em toda a Região Nordeste, atendendo 400 municípios e beneficiando 1.325.141 alunos da rede pública estadual e municipal. (Tabela XV)

A FAE, em articulação com a SEPS, participou com o fornecimento de merenda escolar, aquisição e distribuição de material de ensino-aprendizagem e capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos.

No que tange a material escolar foram distribuídas 29.167.000 unidades.

O Projeto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) objetiva assegurar o desenvolvimento, acompanhar e avaliar as ações sócio-educativas e

culturais a serem executadas em áreas de sua atuação, tendo em vista a melhoria das condições de vida das populações rurais.

Em 1986 a FAE, com base no convênio firmado entre os Ministérios da Educação, Extraordinário para Assuntos Fundiários e do Interior, participou do GETAT, através das seguintes ações:

- fornecimento de 45.000 refeições diárias a alunos do 1.º grau e pré-escolar, matriculados em escolas construídas pelo GETAT, durante 172 dias letivos e distribuição de módulos educacionais a 45.000 alunos matriculados em 294 escolas, em 51 municípios de Goiás, Pará e Maranhão.

TABELA XV

**EDURURAL – PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA EDUCAÇÃO
NO MEIO RURAL DO NORDESTE – ATENDIMENTO E RECURSOS
APLICADOS NO FORNECIMENTO DO MATERIAL DE ENSINO-
APRENDIZAGEM, POR UF – 1986**

UF	Atendimento				Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
	Municípios	Alunos	Professores	Salas de Aula	
Alagoas	20	34.023	1.079	833	1.508.594,00
Bahia	54	198.184	7.202	10.781	10.395.916,00
Ceará	80	318.927	16.158	13.378	15.207.900,00
Maranhão	39	272.825	8.900	4.760	11.494.901,00
Paraíba	50	119.891	4.679	2.905	5.319.536,00
Pernambuco	48	119.022	4.339	3.317	5.327.088,00
Piauí	55	154.812	5.962	4.083	6.800.680,00
Rio G. Do Norte	30	40.999	1.460	715	1.732.464,00
Sergipe	24	66.458	2.348	1.356	2.824.508,00
Total	400	1.325.141	52.127	42.128	60.611.587,00

Fonte: FAE/DIPLAN

Nota: Material de ensino-aprendizagem; Material escolar para o aluno e material didático para o professor e sala de aula.

O Programa de Educação Básica nas Regiões Norte e Centro-Oeste, MONHANGARA, decorre de acordo de financiamento firmado entre o Ministério da Educação e o Banco Mundial – BIRD.

Desenvolve ações que objetivam garantir um mínimo de quatro anos de

escolaridade para a população carente de 23 municípios das regiões Norte e Centro-Oeste. (Tabela XVI)

Em 1986, a FAE distribuiu, 3.229.000 unidades de material escolar, com recursos do Programa.

O Instituto de Recursos

Humanos João Pinheiro, analisou, discutiu e avaliou as programações anuais de capacitação de recursos humanos, dos Projetos MONHANGARA e EDURURAL, envolvendo aspectos relativos a alfabetização de professores leigos e supervisão desses Programas.

TABELA XVI

MONHANGARA – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE ATENDIMENTO E RECURSOS APLICADOS NO PROGRAMA, POR UF – 1986

UF	Atendimento			Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)		
	Municípios	Escolas	Alunos	Material de Ensino Aprendizagem (*)	Recursos Humanos	Total
Norte	10	146	95.798	16.205.108,00	3.867.339,00	20.072.447,00
AC	1	23	11.233	1.184.760,00	302.007,00	1.486.767,00
AM	2	22	19.087	2.417.052,00	845.212,00	3.262.264,00
AP	1	36	20.717	421.129,00	429.173,00	850.302,00
PA	2	39	6.424	8.932.104,00	2.063.638,00	10.995.742,00
RO	3	13	29.407	957.925,00	180.956,00	1.138.881,00
RR	1	13	8.930	2.292.138,00	46.353,00	2.338.491,00
C.Oeste	13	208	107.162	15.270.087,00	4.113.366,00	19.383.453,00
GO	6	109	48.329	6.139.578,00	2.509.491,00	8.649.069,00
MS	3	63	39.369	5.604.900,00	656.414,00	6.261.314,00
MT	4	36	19.464	3.525.609,00	947.461,00	4.473.070,00
Total	23	354	202.960	31.475.195,00	7.980.705,00	39.455.900,00

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) Material escolar para o aluno e didático para o professor

“Pagarei mais pela habilidade em lidar com pessoas
do que por qualquer outra habilidade sob a face do sol”.

JOHN D. MCHEFELLEN

QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E PLANO DE BENEFÍCIOS

O sucesso de uma organização depende da qualificação dos seus Recursos Humanos e do seu grau de interesse e motivação.

A administração de Recursos Humanos é uma responsabilidade da organização, como um todo.

Neste exercício o Departamento de Pessoal da Fundação montou um Programa de Treinamento objetivando, entre outros:

- a valorização do servidor, oportunizando-lhe

o crescimento profissional e a motivação para o trabalho;

- o aprimoramento das relações de trabalho entre duas ou mais funções de um mesmo setor ou de uma linha específica de trabalho;

- a maximização do potencial humano para o alcance dos objetivos institucionais e otimização dos trabalhos;

- aprimorar as relações entre os grupos, clareando as áreas de responsabilidade e

autoridade em setores cujos produtos (bens e serviços) são complementares.

Em 1986 o Departamento de Pessoal, através do Programa de Treinamento, oportunizou a participação de 200 servidores em 89 cursos de capacitação e aperfeiçoamento técnico-administrativo.


Por sua vez o Programa de Estágio atendeu a um total de 410 estagiários/bolsistas de trabalho.

PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 1986, além de manter os benefícios anteriormente concedidos pela atual administração

(transporte, alimentação, creche) a FAE, mediante licitação pública contratou os Serviços de Assistência

Médica da GOLDEN CROSS e implantou, também, a Assistência Odontológica.



“Devemos planejar o futuro, porque aqueles que ficam no presente permanecerão no passado”.

ABRAHAM LINCOLN

Em 1986, a Presidência da FAE, considerando que, a partir de sua criação, as responsabilidades atribuídas a esta Fundação foram sensivelmente ampliadas e que assim, a estrutura, a tecnologia, os padrões comportamentais e os objetivos devem estar orientados para o atendimento dos novos desafios sociais em harmonia com as diretrizes do Governo, solicitou à SEPLAN a realização de um projeto de auditoria operacional na FAE, com os seguintes objetivos:

a) levantamento dos problemas existentes nas atividades da Fundação, envolvendo estrutura organizacional, recursos humanos, gestão financeira e planejamento;

b) desenvolvimento de recomendações e propostas de alterações dos sistemas e métodos vigentes;

c) acompanhamento da implantação das medidas que vierem a ser recomendadas e aprovadas.

Mediante licitação pública, foi selecionada a consultora ARTHUR ANDERSEN cabendo-lhe, no desenvolvimento dos seus trabalhos, desdobrado em cinco fases, entre outras tarefas:

- analisar a política implementada pela FAE para o cumprimento da execução dos Programas que constituem o seu objetivo social;

- adequar a estrutura administrativa e operacional, destacando-se a gestão contábil-financeira, a gestão de recursos humanos (aí incluída a revisão e aprimoramento do Plano de Cargos e Salários), gestão de equipamentos, e gestão de planejamento e controle;

- propor a criação de

novos mecanismos de controle.

Preliminarmente planejados para conclusão ainda em 1986, os trabalhos da consultora sofreram atraso, esperando-se sejam finalizados no início de 1987.

Desde o primeiro momento, a direção da FAE manteve o entendimento que os trabalhos da consultora deveriam ser realizados com os membros da Fundação e não apenas para os membros da Fundação e que as mudanças devem ser lideradas por seus dirigentes. Visa-se, com isso, assegurar o comprometimento íntimo dos servidores e dirigentes com as escolhas feitas.

Aguarda-se, assim, a conclusão desses trabalhos para a implantação efetiva de suas conclusões.

“Temos que ter a filosofia de que o imposto é pago pelo cidadão para receber, em contrapartida, serviços do Estado. E, portanto, esses recursos devem ser aplicados da maneira mais rigorosa possível”.

Presidente JOSÉ SARNEY

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – 1986

● PNAE-Alimentação Escolar	5.016.728
● Livro Didático	1.124.015
● Material Escolar	561.252
● Administração	194.849
. Coord. Manut. Administração	151.859
. Pasep	40.890
. Implant. Inst. de Unidades	2.100
● Bolsas	119.079
. Bolsas de Estudo de 1º Grau	48.409
. Bolsas de Estudo de 2º Grau	47.561
. Bolsas de Trabalho de 2º Grau	23.109
● Salas de Leitura	39.856
● Saúde do Escolar	20.670
● Assistência Complementar	10.777
. Auxílio-Manutenção e Outros	7.200
. Residência Estudantil	3.577
● IRHJP	5.224

TABELA XVII

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS – 1985-86

Código/Fonte de Recursos	Exercício				Evolução Orçamentária (%)
	1985		1986		
	Orçamento (*) (Cz\$ mil)	(%)	Orçamento (Cz\$ mil)	(%)	
000- Recursos Ordinários – Tesouro Nacional	85.346	5,28	863.204	12,17	901,1
053- Contribuição para o fundo de investimento social	1.378.019	85,32	5.710.000	80,51	314,4
061- Recursos de programas especiais (PIN E PROTERRA)	45	0,02	—	—	—
065- Recursos do fundo de investimento social	—	—	560	0,01	—
070- Recursos diretamente arrecadados – Próprios	91.635	5,67	83.849	1,18	(-) 8,5
081- Recursos de convênios com órgãos federais – Tesouro	—	—	420	0,01	—
082- Recursos de convênios com órgãos não federais	3.307	0,20	4.145	0,06	25,3
083- Recursos de convênios com órgãos federais – Bco Central	—	—	187.540	2,64	—
085- Recursos do fundo nacional de desenvolvimento da educação – Salário-Educação	40.899	2,53	111.268	1,57	172,1
090- Recursos diversos – Saldo de exercicios anteriores	15.782	0,98	131.464	1,85	733,0
Total	1.615.033	100,00	7.092.540	100,00	339,2

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) O orçamento de 1985 foi executado em cruzeiros. A conversão para o cruzado foi feita na proporção 1 Cz\$ = 1000 Cr\$

TABELA XVIII

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROJETO/ATIVIDADE – 1985-86

Projeto/Atividade	Exercício				Evolução Orçamentária 85/86 %
	1985		1986		
	Orçamento (*) (Cz\$ Mil)	%	Orçamento (Cz\$ Mil)	%	
PNAE – Alimentação Escolar	1.224.669	75,82	5.016.728	70,74	309,63
Livro didático	90.560	5,61	1.124.015	15,85	1.141,18
Material escolar	142.181	8,80	561.252	7,91	294,74
Salas de leitura	15.000	0,93	39.856	0,56	165,70
Coordenação manutenção administração	59.322	3,67	151.859	2,14	155,99
Saúde escolar	11.770	0,73	20.670	0,29	75,61
Assistência complementar	959	0,06	7.200	0,10	650,78
Bolsas de trabalho	12.130	0,75	23.109	0,33	90,51
Bolsas FAE	3.000	0,19	—		—
Bolsas de 1º Grau	11.084	0,69	48.409	0,68	336,74
Bolsas de 2º Grau	28.754	1,78	47.561	0,67	65,40
PASEP	10.833	0,67	40.890	0,58	277,45
Implantação inst. de unidades	800	0,05	2.100	0,03	162,50
IRHJP	2.702	0,17	5.224	0,07	93,33
Residência estudantil	1.269	0,08	3.577	0,05	181,87
Total	1.615.033	100,00	7.092.450	100,00	339,2

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) O orçamento de 1985 foi executado em cruzeiros. A conversão em cruzados foi feita na proporção: 1 Cz\$ = 1.000 Cr\$

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (INICIAL E FINAL) E FINANCEIRA POR PROJETO/ ATIVIDADE – 1986

Projeto/Atividade	Execução Orçamentária		
	Inicial (*) Cz\$ mil (A)	Final Cz\$ Mil (B)	B/A (%)
PNAE – Alimentação escolar	3.542.978	5.016.728	41,59
Livro didático	429.637	1.124.015	161,61
Material escolar	305.589	561.252	83,66
Salas de leitura	35.000	39.856	13,87
Coordenação e manutenção da administração	72.739	151.859	8,77
Saúde escolar	17.601	20.670	17,43
Assistência complementar	—	7.200	—
Bolsas de trabalho	—	23.109	—
Bolsas de 1º Grau	47.988	48.409	0,87
Bolsas de 2º Grau	47.982	47.561	(-) 0,88
PASEP	39.330	40.890	3,96
Implantação e instalação de unidades	2.100	2.100	—
IRHJP	2.539	5.224	105,75
Residência estudantil	2.940	3.577	21,66
Total	4.546.423	7.092.450	56,0

Fonte: FAE/DIPLAN

(*) O orçamento de 1985 foi executado em cruzeiros. A conversão em cruzados foi feita na proporção: 1 Cz\$ = Cr\$ 1.000.

BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

- Bens Móveis

Em 31.12.86, a FAE dispunha de 35.238 itens no valor de Cz\$ 5.782.547,86 (cinco milhões, setecentos e oitenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete cruzados e oitenta e seis centavos).

- Bens Imóveis

Na mesma data, a FAE dispunha de:

— 06 (seis) terrenos, no valor total de Cz\$ 5.476.121,69 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e vinte e um cruzados e

sessenta e nove centavos), e 21 (vinte e um) edifícios no valor total de Cz\$

165.320.171,25

(cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e vinte mil, cento e setenta e um cruzados e vinte e cinco centavos).

RECURSOS HUMANOS

Em setembro de 1986, o Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro completou 30 anos de dedicados serviços à educação brasileira.

Quando de sua criação, denominava-se Centro Regional de Pesquisas Educacionais passando, a partir de 1973, a funcionar como Centro Nacional de Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de 1º Grau.

Desde 1983, integra a estrutura organizacional da FAE, como órgão vinculado, diretamente ligado à Presidência.

Além de atuar nos Programas MONHANGARA e EDURURAL, o IRHJP vem prestando valiosa cooperação à FAE no acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, na sua forma descentralizada, a nível de Estado, em 6 Unidades Federadas.

Atua, também, na qualificação de docentes para a escolha e utilização do livro didático.

É destacada a prestação de serviços do

IRHJP em assessoramento aos Estados nas áreas de Recursos Humanos Educação Comunitária, Educação Nutricional e Tecnologia Educacional.

Dentre os eventos comemorativos dos 30 anos do Instituto, constou a realização de um seminário sobre "Educação e Constituinte" e uma Semana de Estudos para reflexão sobre a política educacional brasileira, os Programas Especiais de Capacitação de Recursos Humanos e os de Assistência ao Estudante.

ANEXO I

BRASIL – MUNICIPALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA E RECURSOS APLICADOS EM 1986

UF/Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Amazonas	3.489.431,20
Labrea	1.010.393,80
Novo Aripuanã	571.536,00
Humaitá	1.331.591,40
Nova Olinda do Norte	575.910,00
Pará	53.127.916,20
Belém	51.030.000,00
Breves	2.097.916,20
Maranhão	12.538.800,00
Imperatriz	8.748.000,00
Caxias	3.790.800,00
Piauí	7.366.836,60
Oeiras	2.286.289,80
Barras	2.064.236,40
Altos	1.131.408,00
Cocal	846.806,40
Luis Correa	1.038.096,00
Ceará	5.440.235,40
Maranguape	2.765.826,00
Boa Viagem	2.674.409,00
Rio Grande do Norte	27.001.431,20
Janduis	444.690,00
Natal	15.961.163,40
Nova Cruz	1.143.801,00
Macaiba	1.556.706,80

UF/Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Taipu	583.200,00
Mossoró	7.311.870,00
Paraíba	14.310.561,60
Pombal	1.545.480,00
Patos	1.239.300,00
Ouro Velho	249.026,40
São Sebastião de Lagoa de Roça	295.390,80
João Pessoa	5.103.000,00
Campina Grande	4.374.000,00
Guarabira	1.504.364,40
Pernambuco	9.511.845,80
Petrolina	4.532.922,00
Belém de São Francisco	1.032.409,80
Igarassu	1.624.212,00
Abreu e Lima	2.322.302,00
Bahia	6.029.704,80
Ipiau	2.675.430,00
Itubera	1.069.005,60
Itabuna	2.285.269,20
Minas Gerais	48.031.694,70
Juiz de Fora	8.780.950,80
Patos de Minas	3.659.725,80
Montes Claros	7.580.142,00
Governador Valadares	3.943.233,90
Botelhos	550.249,20
Poços de Caldas	3.664.828,80
Tupaciguara	1.049.905,80
Varginha	3.468.582,00
Andradas	559.580,40

UF/Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Belo Horizonte	14.774.496,00
Paraná	17.709.451,20
Piraquara	4.374.000,00
Maringa	6.123.600,00
Campo Mourão	3.426.300,00
Nova Aurora	741.247,20
Apucarana	3.044.304,00
Santa Catarina	21.179.345,40
Rio do Sul	1.202.850,00
Turvo	301.514,40
Sombrio	655.808,40
Joinville	7.581.600,00
São Bento do Sul	1.188.415,80
Tubarão	2.999.106,00
Praia Grande	253.837,80
Maravilha	713.545,20
Timbé do Sul	174.814,20
Curitibanos	1.895.400,00
Ararangá	1.096.707,60
Maracajá	120.139,20
São João do Sul	222.782,40
Meleiros	297.432,00
Agua de Chapecó	234.300,60
Florianópolis	1.383.496,20
Orleans	411.156,00
Morro da Fumaça	446.439,60
Rio Grande do Sul	16.740.610,00
Sobradinho	839.662,00
Carazinho	1.506.114,00

UF/Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Ijuí	1.468.643,40
Palmeira das Missões	1.463.103,00
Santa Maria	2.557.040,40
Planalto	559.143,00
Cerro Largo	344.817,00
Jaguari	322.801,20
Marau	626.065,20
Sant'ana do Livramento	1.976.862,60
Humaitá	212.430,60
Passo Fundo	3.823.167,60
Julio de Castilhos	663.390,00
Ajuricaba	386.370,00
Goiás	6.706.800,00
Anápolis	6.706.800,00
Total	249.184.664,10

Fonte: FAE/DAAN

ANEXO II

BRASIL – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO CONVENIADOS COM A FAE PARA ATENDIMENTO AO PRÉ-ESCOLAR – 1986

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Mairipora	34.971,00
Pompéia	24.479,70
Poloni	6.994,20
Icem	31.473,90
Cordeirópolis	38.468,10
Piraju	6.994,00
Itapecerica da Serra	73.439,10
Santa Mercedes	3.497,10
Tambaú	10.491,30
Santo Antonio do Pinhal	3.497,10
Aparecida	62.947,80
Dourado	13.988,40
Biritiba Mirim	13.988,40
Presidente Epitácio	41.965,20
Mandirituba	353.565,00
São Pedro	20.982,60
Salto	6.994,20
Taguariúna	27.976,80
Urania	6.994,20
Aramina	10.491,30
Itararé	34.971,00
Itapeva	31.473,90
Santa Isabel	90.924,60
Iguape	48.959,40
Santos	45.462,30

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Campo Limpo Paulista	6.994,20
Iracemápolis	27.976,80
Américo de Campos	6.994,20
Rafard	27.976,80
Campinas	503.582,40
Iepe	13.988,40
Vinhedo	139.884,00
Pedreira	20.982,60
Quintana	10.491,30
Andradina	48.959,40
São Joaquim da Barra	34.971,00
Uchoa	13.988,40
Paulinia	10.491,30
Bernardino de Campos	24.479,70
Mirandópolis	17.485,50
Capão Bonito	31.473,90
Santa Bárbara D'Oeste	59.450,70
Tapiraí	20.982,60
Santa Ernestina	10.491,30
Cerqueira César	6.994,20
Ubatuba	48.959,40
Barbosa	13.988,40
Tarabaí	3.497,10
Itariri	10.491,30
Lagoinha	6.994,20
Nova Aliança	6.994,20
Cedral	3.497,10
Capivari	55.953,60
Mongagua	17.485,50

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Echapora	13.988,40
Lavinia	13.988,40
Itaí	17.485,50
Santo Antonio da Alegria	6.994,2
Mombuca	3.497,10
Estrela do Norte	10.491,30
Águas de Lindóia	13.988,40
São João de Pau D'Alho	10.491,30
Presidente Bernardes	17.485,50
Taubaté	115.404,30
Guaraçai	17.485,50
São Bento do Sapucaí	20.982,60
Buritama	10.491,30
Salmourão	10.491,30
Porto Feliz	10.491,30
Riversul	6.994,20
Reginópolis	6.994,20
Severinia	10.491,30
Capela do Alto	3.497,10
Sales de Oliveira	3.497,10
Urupes	3.497,10
Tabatinga	3.497,10
Martinópolis	20.982,60
Osvaldo Cruz	66.444,90
Cotia	41.965,20
Parapuã	27.976,80
Sumaré	34.971,00
Queluz	31.473,90
Perruibe	13.988,40

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Silveiras	13.988,40
Paraguaçu Paulista	139.884,00
São Manuel	10.491,30
São Sebastião	3.497,10
Santa D'Oeste	3.497,10
Mirante do Paranapanema	24.479,70
Ibitinga	6.994,20
Murutinga do Sul	13.988,40
Irapuru	6.994,20
Iacri	6.994,20
Herculândia	13.988,40
Pilar do Sul	6.994,20
Cunha	48.959,40
Palmital	17.485,50
Irapua	6.994,20
Birigui	80.433,30
Lucélia	41.965,20
Cândido Mota	87.427,50
Adamantina	20.982,60
Brotas	10.491,30
Nazaré Paulista	3.497,10
Santa Lúcia	10.491,30
Gália	17.485,50
Piquerobi	6.994,20
Amparo	27.976,80
Patrocínio Paulista	13.988,40
Regente Feijó	31.473,90
Morro Agudo	3.497,10
Boracéia	13.988,40

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Cachoeira Paulista	59.450,70
Conchas	27.976,80
Poa	55.953,60
Piracicaba	87.427,50
Salesópolis	13.988,40
Monte Castelo	10.491,30
Avonhandava	3.497,10
São Roque	20.982,60
Sta Rita do Passa Quatro	20.982,60
Quata	34.971,00
Pacaembú	10.491,30
Garça	27.976,80
Penápolis	52.456,50
Guarujá	87.427,50
Jandira	146.878,20
Elias Fausto	13.988,40
Getulina	6.994,20
São Carlos	48.959,40
Arujá	34.971,00
São Paulo	174.855,00
Cajobi	3.497,10
Salto de Pirapora	10.491,30
Santa Gertrudes	3.497,10
Mariápolis	3.497,10
Pindamonhangaba	20.982,60
Gastão Vidigal	3.497,10
Cruzália	13.988,40
Arandú	17.485,50
Valparaíso	17.485,50

Municípios	Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00)
Caiua	6.994,20
Junqueirópolis	24.479,70
Carapicuíba	52.456,50
Avaré	41.965,20
Ribeirão Bonito	10.491,30
Monte Alto	13.988,40
Santa Cruz do Rio Pardo	24.479,70
Nova Guataporanga	6.994,20
Itobi	20.982,60
Cruzeiro	31.473,90
Paraíso	6.994,20
Sandovalina	6.994,20
Pindorama	10.491,30
Charqueada	13.988,40
Paranapua	10.471,30
Francisco Morato	97.918,80
Jacupiranga	20.982,60
Guaratinguetá	115.404,30
Agudos	41.965,20
Piracaia	10.491,30
Dumont	13.988,40
Presidente Venceslau	41.965,20
Valentin Gentil	10.491,30
Monte Aprazível	17.485,50
Santa Maria da Serra	10.491,30
Igarapava	69.942,00
Clementina	3.497,10
Itarapina	10.491,30
Total	5.301.941,50

ANEXO III

EDITORAÇÃO E MATERIAL ESCOLAR ATIVIDADES EM 1986

A. EDITORAÇÃO

1. Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00).....	28.429.000,00
2. N° de Títulos Encomendados.....	30
3. Quantidade de Exemplares Encomendados.....	2.148.000
4. N° de Títulos Produzidos.....	20
5. Quantidade de Exemplares Produzidos.....	2.180.752

B. MATERIAL ESCOLAR

B.1. Fabricação Própria

1. Recursos Aplicados na Aquisição de Matéria-prima (Cz\$ 1,00).....	29.328.000,00
2. Quantidades Produzidas:	
1. Bloco de Rascunho.....	527.265
2. Cadernos 48 Folhas.....	32.765.481
3. Papel Almaco.....	168.198
4. Outros.....	308
5. Total Produzido.....	33.461.252

B.2. Aquisição de Terceiros

1. Recursos Aplicados (Cz\$ 1,00).....	297.253.000,00
2. Quantidades Adquiridas:	
1. Apontador.....	13.940.000
2. Borracha Escolar.....	42.800.000
3. Caderno Escolar.....	20.453.760
4. Caderno Universitário.....	5.772.720
5. Caneta Esferográfica.....	14.940.000
6. Lápis de Cor.....	17.553.600
7. Lápis Preto.....	140.832.000
8. Régua.....	4.382.128
9. Outros.....	22.526.149
10. Total Adquirido.....	283.650.357

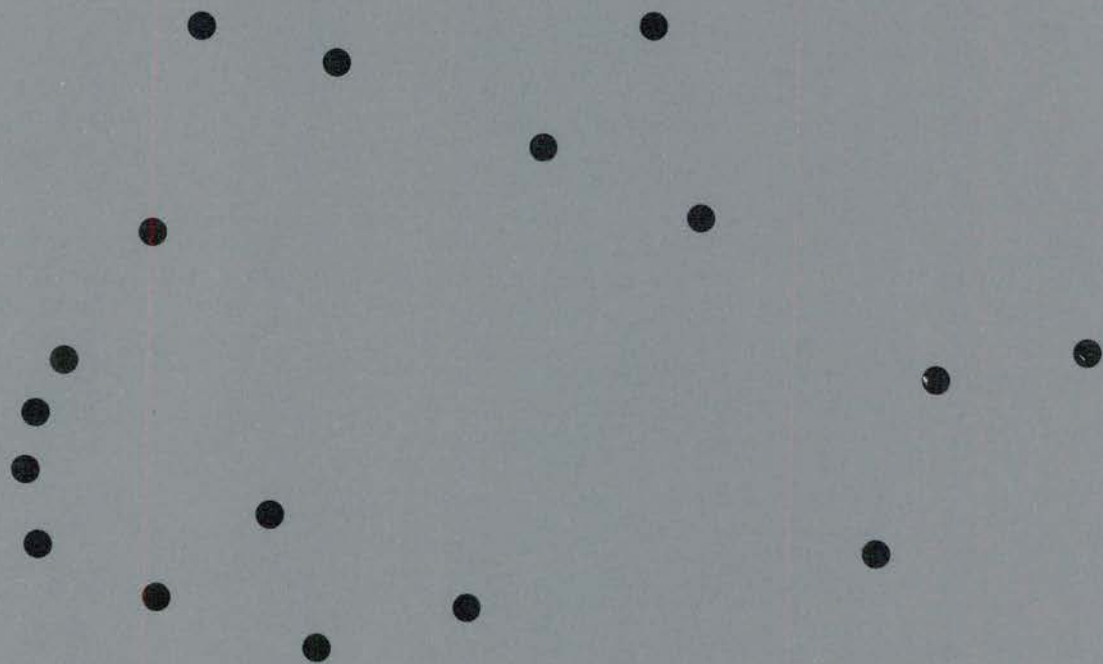
ANEXO IV

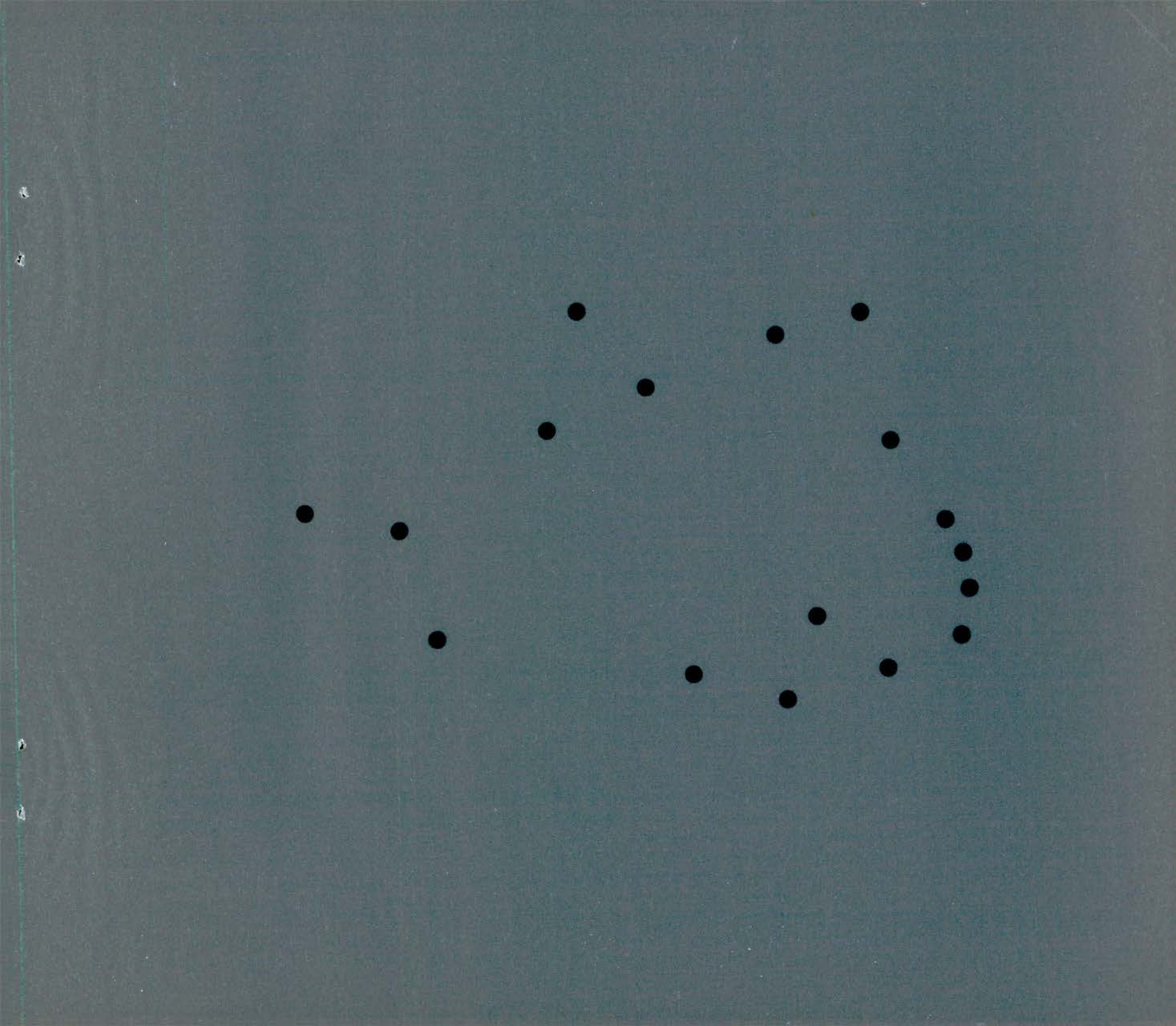
BRASIL – MATERIAL ESCOLAR DESTINADO À DISTRIBUIÇÃO POR PROGRAMA, SEGUNDO O TIPO – 1986

Linha de Produtos	Módulo Escolar		Programa Vendas		Programas Especiais			Programa Nac. de Mat. Esc. (P.N.M.E)	Salas de Leitura	Outros	Total
	Estadual (*)	Municipal	Postos	Instituc.	Edurural	Getat	Monhangara				
Apontador	1.789.793	1.728.363	990.262	741.140	2.702.324	90.000	159.434	6.282.524		9.916	14.493.756
Bloco de Desenho	646	—	—	605	—	—	—	—		1	1.252
Bloco de Rascunho	48.066	—	232.960	21.379	—	45.000	12.818	—		15.036	375.259
Borracha Escolar	9.646.688	5.266.354	2.350.356	3.445.208	5.404.694	135.000	477.420	26.010.420		48.579	52.784.719
Caderno (Linha FAE)	18.395.358	10.179.790	5.155.852	5.707.572	3.915.880	450.000	804.420	11.381.086		34.349	56.024.307
Caderno (Ext. Linha)	159.169	125.000	3.540	13.660	61.582	—	3.410	5.477.519		2.907	5.846.787
Caneta Esferograf.	951.902	2.250.975	2.260.697	591.222	183.454	135.000	194.174	11.572.411		17.278	18.157.113
Lápis de Cor (Cx)	1.135.062	1.221.164	2.541.026	1.377.785	516.340	45.000	166.315	7.314.667		1.229	14.318.588
Lápis Preto	16.731.213	10.289.636	11.585.934	5.100.625	8.105.536	450.000	970.332	57.440.902		77.096	110.751.274
Papel Almaco	—	—	350.392	12.007	6.314.646	—	26.864	—		14.778	6.718.687
Régua	89.157	1.072.639	368.657	131.561	80.243	45.000	49.531	3.114.380		4.153	4.955.321
Outros Materiais	5.318.727	1.493.091	4.062.905	573.947	1.882.780	—	365.214	—		24.738	13.721.402
Subtotal	54.265.781	33.627.012	29.902.581	17.716.711	29.176.479	1.395.000	3.229.932	128.593.909		250.060	298.148.465
Atlas Geog. Escolar			74.102	66.082	19.030	—	1.352	—	1.240	109	161.915
Dic. Esc. Português			30.308	5.272	19.266	—	2.180	—	1.240	288	58.554
Gramát. Ling. Port.			19.604	750	18.351	—	—	—	1.240	134	40.079
Manual de Redação			13.003	420	—	—	—	—	—	6	13.429
Outras Publicações			227.845	42.485	18.552	—	—	—	17.826	2.239	309.623
Subtotal	—	—	364.862	115.009	75.199	—	4.208	—	21.546	2.776	583.600
Total	54.265.781	33.627.012	30.267.443	17.831.720	29.242.678	1.395.000	3.234.140	128.593.909	21.546	252.836	298.732.065

Fonte: FAE/DADP

(*) Consta dessa distribuição a quantia de 16.788.874 unidades, remanescentes da programação de 1985.







FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE – FAE
SCN – Quadra 02 – Projeção “C”
70.710 – Brasília – DF
FONE: 061 – 212-4142

FAE/DIRETORIA DE APOIO DIDÁTICO PEDAGÓGICO
Rua Miguel Ângelo, 96
Bairro Maria da Graça
20.781 – Rio de Janeiro – RJ
FONE: 021 – 261-7750
FAE/INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS JOÃO PINHEIRO
Av. Amazonas, 5.855
Bairro Gameleira
30.000 – Belo Horizonte – MG
FONE: 031 – 332-9111

Representação da FAE no Estado do Acre
Av. Floriano Peixoto, 715 – Centro
69.900 – Rio Branco – AC
FONE: 068 – 224-4942 – 224-3048

Representação da FAE no Estado de Alagoas
Av. Fernandes Lima, 49
Bairro Farol
57.000 – Maceió – AL
FONE: 082 – 223-4035

Representação da FAE no Estado do Amazonas
Rua Ramos Ferreira, 1.590 – s/206
69.000 – Manaus – AM
FONE: 092 – 232-1926 – 232-1689

Representação da FAE no Estado da Bahia
Vale do Ogunjá, s/n.º – Ligação do Engenho Velho de Brotas
40.000 – Salvador – BA
FONE: 071 – 233-3547 – 233-3383

Representação da FAE no Estado do Ceará
Av. Olavo Bilac, 1.300
60.000 – Fortaleza – CE
FONE: 085 – 223-6300 – 223-6689

Representação da FAE no Estado do Espírito Santo
Rua Thiers Veloso, 112
29.000 – Vitória – ES
FONE: 027 – 223-3790 – 223-6373

Representação da FAE no Estado de Goiás
5ª Avenida, 1.010 – Esquina com a 10ª Avenida
Bairro Vila Nova
74.000 – Goiânia – GO
FONE: 062 – 261-6533

Representação da FAE no Estado de Mato Grosso
Av. Tenente Coronel Duarte, 565 – 2º Andar
78.000 – Cuiabá – MT
FONE: 065 – 321-6818

Representação da FAE no Estado de Mato Grosso do Sul
Travessa José Bacha, 120
79.100 – Campo Grande – MS
FONE: 067 – 383-2066 – 383-2317

Representação da FAE no Estado do Maranhão
Av. Castelo Branco, 559 – Ed. Tóquio
Bairro São Francisco
65.000 – São Luís – MA
FONE: 098 – 235-1584 – 235-1634

Representação da FAE no Estado de Minas Gerais
Rua Guajajaras, 40 – s/806 – Centro
30.000 – Belo Horizonte – MG
FONE: 031 – 222-6447

Representação da FAE no Estado do Pará
Travessa Dom Romualdo de Seixas, 820 – 2º Bloco – Umarizal
66.000 – Belém – PA
FONE: 091 – 222-1121

Representação da FAE no Estado da Paraíba
Rua Cruz das Armas, 398 – Térreo
58.000 – João Pessoa – PB
FONE: 083 – 221-8473

Representação da FAE no Estado de Pernambuco
Rua do Hospício, 619 – Bloco “C” – 1.º Andar
Bairro Boa Vista
50.000 – Recife – PE
FONE: 081 – 221-3643 – 221-1485 – 339-2864

Representação da FAE no Estado do Piauí
Rua Areolino de Abreu, 1.405
64.000 – Teresina – PI
FONE: 086 – 222-0354

Representação da FAE no Estado do Rio Grande do Norte
Av. Nascimento de Castro, 1.540 – Bairro DIX – SEPT Rosado
59.000 – Natal – RN
FONE: 084 – 223-5734

Representação da FAE no Estado de Rondônia
Travessa Guaporé n.º 1
Ed. Rio Madeira Salas 421, 422 4.º Andar
78.900 – Porto Velho – RO
FONE: 069 – 221-9596